



ESCOLA SECUNDÁRIA
DR. JÚLIO MARTINS

Ano lectivo 2009/2010

O Desenvolvimento e os Direitos Humanos



Trabalho realizado por:

- Ana Isabel 12ºD Nº2
- Cláudia Videira 12ºD Nº5
- Marlene Ferreira 12ºD Nº13
- Hélder Ramalhete 12º D Nº17

Disciplina: Economia C

Professor da disciplina: Paulo Santos

Data: 12/03/2010

Índice

Introdução	3
Direitos Humanos: noção e evolução	4
Economia e Cidadania	5
Economia e Ecologia	36
Economia, Desenvolvimento e Direitos Humanos	46
Conclusão	49
Anexos	50
Bibliografia	62
Webgrafia	63

Introdução

Este trabalho insere-se no âmbito da disciplina de Economia e intitula-se “O Desenvolvimento e os Direitos Humanos”. Iremos abordar, ao longo deste trabalho, a temática dos Direitos Humanos na esfera económica, mais concretamente Economia e Cidadania, Economia e Ecologia e Economia, Desenvolvimento e Direitos Humanos, referindo alguns exemplos práticos que acontecem no nosso dia-a-dia.

Visamos com este trabalho sensibilizar os cidadãos para os direitos que lhe são incumbidos, mas também para os seus deveres, pois só assim conseguiremos tornar esta sociedade mais justa e respeitadora. Alguns passos têm sido dados neste caminho, nomeadamente, a criação da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Declaração do Milénio, colocados em anexos neste trabalho.

Direitos Humanos: noção e evolução

Os Direitos Humanos como conjunto de direitos, liberdades e garantias individuais, constituem os Direitos Humanos de primeira Geração proclamados pela primeira vez na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão a 26 de Agosto de 1789. No entanto, estes direitos foram concedidos apenas aos homens, facto que levou a francesa Olympe de Gouges a publicar no ano de 1791 a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Os Direitos Humanos de segunda Geração são constituídos pelos direitos económicos e sociais. Foram conquistados por vários movimentos sociais (nos EUA, na Inglaterra e noutros países europeus), como por exemplo o movimento sufragista, lutas anti-esclavagistas, lutas operárias e lutas sociais contra difíceis condições de vida e de trabalho.

Foi com a OUA (Organização de Unidade Africana), em 1981 que se formaram os Direitos Humanos de terceira Geração com os povos africanos a introduzirem os direitos colectivos. Estabeleceu-se o direito dos povos ao desenvolvimento, a um ambiente equilibrado e ao usufruto do Património e da Humanidade.

São características dos Direitos Humanos, a universalidade, a indivisibilidade, a interdependência, e a inalienabilidade.

Tem-se, actualmente, então, como Direitos Humanos o conjunto de direitos civis, políticos, económicos, sociais e colectivos, estando consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) a 10 de Dezembro de 1948. Sendo que esta declaração já integra as três gerações de Direitos Humanos.

Houve a necessidade de conceptualizar os Direitos Humanos como inter-multiculturais devido à discussão pela universalidade dos valores, uma vez que não são respeitados por todos os Estados, passando desta feita a serem analisados como culturais e globais em simultâneo.

No século XVIII, os Direitos Humanos, ao identificarem-se com os dos cidadãos, passam a ser consagrados nas Constituições dos diversos Estados.

A mera enunciação dos Direitos Humanos, só por si, não garante o seu cumprimento, daí surgirem, quer a nível nacional quer a nível internacional, organizações que tem por objectivo zelar pela sua sobrevivência, como, por exemplo, a Amnistia Internacional (averiguação de factos relacionados com denúncias de prisões políticas – facto que levou à conquista do Prémio Nobel da Paz em 1976 -, de torturas ou de execuções, adoptando medidas tendentes a garantir a imparcialidade das suas tomadas de decisão.), a Ordem dos Advogados (defender os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e colaborar na administração da justiça), Provedor de Justiça (é um órgão independente que actua mediante queixa dos cidadãos, por escrito ou oralmente, em relações públicas e que toma medidas para garantir a defesa dos Direitos Humanos), entre outros.

Economia e Cidadania

Discriminar é não permitir que um ser humano exerça os seus direitos de uma forma pena devido às suas características físicas ou culturais. No entanto, podemos distinguir a discriminação positiva da discriminação negativa.

Discriminação positiva:

A discriminação positiva consiste em repor a igualdade de oportunidade favorecendo o indivíduo ou o grupo diferente, através do desenvolvimento de acções de afirmação. Trata-se o diferente como diferente a fim de alterar a situação de desigualdade.

No entanto, há quem argumente que estas medidas prejudicam pessoas não responsáveis pela discriminação. Outras, defendem que a discriminação positiva fomenta o racismo, a xenofobia e o sexismo, uma vez que as pessoas beneficiadas não são competentes para as funções que vão desempenhar. Por outro lado, os defensores da discriminação positiva afirmam que estas medidas de reposição de igualdade de oportunidades são temporárias e acrescentam ainda que o facto de não serem competentes para as funções que vão desempenhar se deve à inexperiência.

Exemplo de discriminação são as mulheres que, felizmente, se têm vindo a revelar com tantas capacidades como os homens, facto que há uns anos atrás se negava. A mulher mesmo nos dias de hoje é, em muitas partes do mundo, alvo de discriminação. “Bate na tua mulher todos os dias; mesmo que não saibas porquê, ela saberá.” (ditado árabe). Para fazer oposição a esta a ideologia temos Kofi Annan com: “A violência contra as mulheres, é talvez a mais vergonhosa violação dos Direitos Humanos. Não conhece fronteiras geográficas, culturais ou de riqueza. Enquanto se mantiver, não podemos afirmar que fizemos verdadeiros progressos em direcção à igualdade, ao desenvolvimento e à paz.”

Os indicadores compostos IDG (Índice de Desenvolvimento ajustado ao Género) e MPG (Medida de Participação segundo Género), conseguem, de certa forma, analisar se a mulher é ou não discriminada.

Desde a década de 60 que existem medidas de discriminação positiva, nos EUA, destinadas a cidadãos afro-americanos que constituem 12% da população e sofrem uma taxa de desemprego superior à da população branca. Estas medidas, também alargadas às mulheres e a outras minorias étnicas, permitiram o acesso a funções na polícia, no governo e nas autarquias locais. Além disso, na universidade, estas medidas permitiram que estudantes afro-americanos pudessem frequentar prestigiadas faculdades de medicina, direito e gestão de empresas, apesar da proporção total ainda não ser significativa. No entanto, sem estas medidas de discriminação positiva, a situação seria ainda mais desigual.

Outro exemplo de integração social por parte da discriminação positiva é os deficientes. Isto consiste em proporcionar aos utentes (maiores de 16 anos, portadores de deficiência) a realização de actividades socialmente úteis, apoio técnico (físico e psicológico) e participação em acções culturais, ginnodesportivas e recreativas.

Objectivos Específicos:

- ✓ Acolher jovens / adultos portadores de deficiência a partir dos 16 anos de idade;
- ✓ Assegurar a satisfação das necessidades dos utentes e suas famílias;
- ✓ Desenvolver actividades ocupacionais;
- ✓ Estimular e facilitar o desenvolvimento das suas capacidades;

- ✓ Facilitar a integração social;
- ✓ Promover o seu encaminhamento, sempre que possível, para programas de integração socioprofissional;
- ✓ Prestar cuidados de natureza psicossocial aos utentes e às suas famílias;
- ✓ Prestar apoios terapêuticos.



Um dos maiores problemas da pessoa com deficiência é superar a curiosidade dos outros.

Discriminação Negativa:

A discriminação é um fenómeno actual e evidente, com várias vertentes.

A discriminação negativa prejudica e impede que um indivíduo ou grupo tenha possibilidade de exercer os seus direitos, proclamados na DUDH (em anexo).

Como já foi referido a discriminação existe de várias formas, são elas: a de género, económica, étnica, religiosa, de orientação sexual, devido a deficiência ou doença, entre outras.

De seguida iremos especificar algumas destas formas de descriminação.

Discriminação de género:

Antes de aprofundarmos este subtema há a dizer que sexo e género não são bem a mesma coisa, pois o primeiro é um conceito biológico e o segundo é um conceito cultural que compreende as representações de referência para o comportamento, atitudes e manifestações emocionais dos indivíduos dos sexos masculino e feminino. Há ainda outro conceito associado a este tema, que é o de identidade de género que corresponde ao conjunto de normas e padrões introduzidos no individuo desde a infância pela socialização e convivência familiar, «é a primeira coisa que incorporamos do que a sociedade espera de nós e envolve aspectos subtis como a forma como somos tratados, o tom de voz, a observação de quem tem mais poder em casa.» (Faria, Nobel 2000).

Portanto o que se pretende é a equidade de género, ou seja, que as relações interpessoais sejam baseadas na igualdade entre os sexos e na valorização equilibrada daquilo que é considerado feminino e masculino.

A igualdade entre homens e mulheres é talvez uma utopia, visto que nunca na história da humanidade tiveram os mesmos direitos e deveres. De facto, a discriminação de género é talvez das mais antigas e polémicas formas de discriminação e existem variadíssimos exemplos destas.

Ao longo da história da humanidade as mulheres (principal alvo de discriminação de género) passaram por várias fases até conseguirem diminuir a desigualdade existente entre géneros.

Debrucemo-nos especialmente sobre a história da mulher no Ocidente.

Na Grécia antiga a mulher servia de suporte à vida do homem, visto que o seu papel se limitava à manutenção do lar e ao cuidado dos filhos. As actividades públicas como a filosofia, a política e a arte eram restritas aos homens. No Império Romano a discriminação era semelhante, a legislação garantia ao homem poder absoluto sobre a mulher, filhos e escravos.

Durante a Idade Média as mulheres tinham acesso à grande parte das profissões, assim como o direito à propriedade. Existe igualmente registos de mulheres que estudaram nas universidades da época, porém em número muito inferior aos homens.

No início do Renascimento, marcado pelo mercantilismo, formação dos Estados Nacionais e retorno ao Direito Romano, surgem retrocessos na condição da mulher na sociedade ocidental. As mulheres praticamente deixam de frequentar as universidades e não têm direitos civis. Passam a ter um restrito número de profissões, justamente num momento em que o trabalho passa a ter valor enquanto *status* social.

É a partir das grandes revoluções que o feminismo ganha força de expressão. Com a expansão do Capitalismo e a Revolução Francesa surgem os partidos de esquerda onde as mulheres encontram espaço para as suas manifestações. Estes precisavam de mais colaboradores e as mulheres de um espaço para manifestar as suas reivindicações. Tentando ampliar as ideias liberais, as feministas defendiam que os direitos conquistados pelas revoluções deveriam estender-se a ambos os sexos.

No século XIX, no contexto da Revolução Industrial, o número de mulheres empregadas aumenta significativamente, sem com isso diminuir a diferença salarial, que tinha como justificativa o pressuposto de que as mulheres teriam quem as sustentasse.

Nas décadas de 1930 e 1940, as reivindicações do movimento haviam sido formalmente conquistadas na maior parte dos países ocidentais (direito ao voto, escolarização e acesso ao mercado de trabalho). A possibilidade da mulher trabalhar ganhou força principalmente no contexto das duas grandes guerras, com grande parte dos homens envolvidos com a guerra as mulheres ocupavam os postos de trabalho vagos.

A discriminação da mulher no acesso a determinados cargos políticos e laborais, à esfera sexual, aos prazeres sociais, à sua beleza e cuidado do corpo, continuava a ser uma meia verdade, mesmo com a expansão do movimento feminista.

No quotidiano, notava-se uma discriminação do papel da mulher. No campo laboral, muitos eram ainda os cargos destinados somente às mulheres, enquanto que o homem

podia ter uma variedade de funções. A ideia de «trabalho de mulher» e «trabalho de homem» foi-se desmistificando aos poucos.

No final do século XX, todas estas pequenas revoluções ganharam outro significado. As mulheres têm vindo a ganhar território em muitas áreas, mas ainda não o suficiente para que se possa afirmar que existe uma igualdade entre sexos.

Ao mencionarmos essa desigualdade de género, referimo-nos às desigualdades no que respeita às remunerações, emprego, poder económico e político, na família, entre outras situações.

Por exemplo, por questões culturais é aceite como natural que seja a mulher, independentemente de ter vida profissional ou não, que assegure todas as tarefas domésticas, a educação dos filhos e o cuidado com os idosos. Ou seja, a mulher é o principal pilar da família, mas quando nos referimos ao «chefe de família» este «cargo» cabe ao homem.

Contudo, as mulheres, nomeadamente em Portugal, têm conseguido alguns progressos, pois já são maioritárias na população empregada, no ensino secundário e superior, e também em subgrupos e grupos profissionais de qualificação elevada e média. No entanto, em áreas importantes, como são o salário que recebem, a segurança no emprego, o rendimento de substituição que recebem quando estão doentes ou perdem o emprego, ou quando se reformam, a situação não melhorou como desejado. Isto pode ser constatado nas seguintes tabelas e gráfico.

QUADRO I População empregada por níveis de escolaridade e por sexo em 2006

DESIGNAÇÃO	4º Trimestre 2006	
	Mil	% SUBTOTAIS
ATÉ AO BÁSICO – 9º ano		
Homens	2.080,5	56,8%
Mulheres	1.584,1	43,2%
SUBTOTAL	3.664,6	100,0%
SECUNDÁRIO		
Homens	390,0	49,5%
Mulheres	398,2	50,5%
SUBTOTAL	788,2	100,0%
SUPERIOR		
Homens	309,4	42,6%
Mulheres	416,5	57,4%
SUBTOTAL	725,9	100,0%

Fonte: Estatísticas de Emprego – 4º Trimestre de 2006 – INE

QUADRO III– Salários médios anuais dos homens e das mulheres na indústria e nos serviços em Portugal

DESIGNAÇÃO	2000 Euros	2001 Euros	2002 Euros	2003 Euros	2004 Euros	2005 Euros	2006 Euros
Homens	14.126,4	14.922,0	14.537,0	15.395,8	16.595,0	17.126,0	17.605,6
Mulheres	9.981,9	10.555,0	11.366,4	11.978,8	12.942,6	13.356,8	13.730,8
DIFERENÇA	4.144,5	4.367,0	3.170,6	3.417,0	3.652,4	3.769,3	3.874,8

Fonte: 2000/04:Eurostat; 2005-2006 : Estimativa com base nos aumentos médio dos salários em 2005 e 2006

QUADRO VI – Subsídio médio mensal de desemprego recebido por Homens e Mulheres em 2006

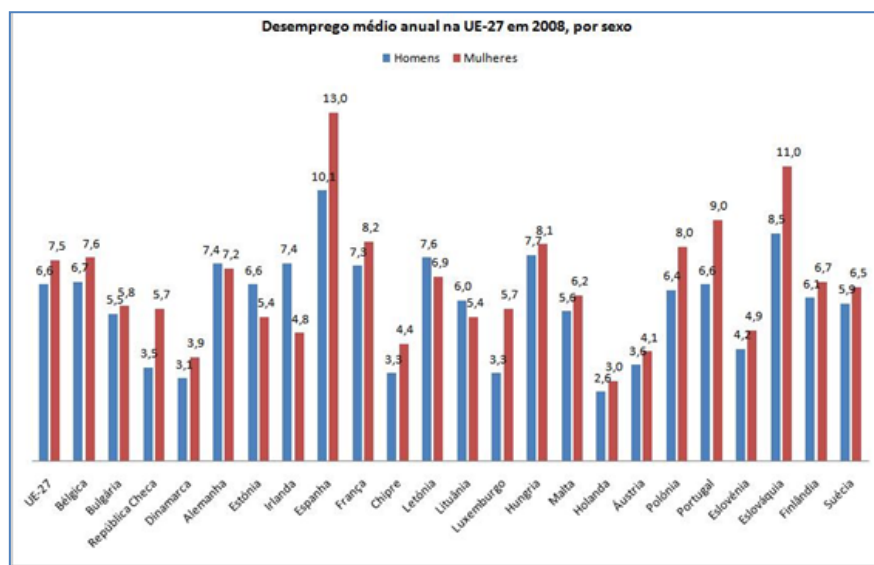
DESIGNAÇÃO	Nº Beneficiários	Subsídio Mensal Euros	% subsídio da Mulher representa do Homem
SUBSÍDIO DE DESEMPREGO	317.255	380,84	
Mulheres	169.030	336,61	
Homens	148.225	431,29	78,0%

Fonte: Estatísticas da Segurança Social, Dezembro 2006

QUADRO VII – Pensão média mensal recebida por Homens e por Mulheres em 2006

DESIGNAÇÃO	Nº Pensionistas	Pensão Mensal Euros	% Pensão da mulher em relação à pensão do Homem
INVALIDEZ	317.251	297,51	
Mulheres	160.344	259,82	
Homens	156.907	336,02	77,3%
VELHICE	1.729.127	339,44	
Mulheres	925.566	261,43	
Homens	803.561	429,29	60,9%
SOBREVIVENCIA	663.234	172,06	
Mulheres	541.429	181,74	
Homens	121.805	129,04	71,0%

Fonte: Estatísticas da Segurança Social, Dezembro 2006



Apesar de tudo isto, as mulheres em Portugal têm alguma «sorte» por viverem neste país e não em alguns onde os seus direitos são ainda menos e onde se nota mais a desigualdade entre géneros, nomeadamente na Turquia, Arábia Saudita e alguns países Africanos.

A Turquia é um país laico (religião e estado são separados) e o país está numa posição muito diferente se comparado com outros países islâmicos. Na Arábia Saudita por exemplo, o Alcorão (Bíblia islâmica) é a lei, o que não acontece na Turquia. Por

exemplo, na Arábia Saudita, as mulheres têm que se cobrir totalmente com roupas e lenços negros caso contrário vão para uma prisão religiosa. Na Turquia essas mulheres podem escolher cobrir se ou não, e não serão castigadas por causa disto. Assim há uma diferença quando se fala sobre religião entre a Turquia e alguns outros países islâmicos. Na vida social do Islão, o contraste entre mulheres e homens é bem claro. O divórcio é possível no Islão, mas só se o processo for aberto pelo homem que é o responsável pelas finanças do matrimónio. Há algumas regras que tornam o divórcio mais difícil. Este fato é devido a Maomé que disse: "O divórcio é a actividade legal menos querida por Deus." No Alcorão, sutra número 4 é dito que "se a mulher não for obediente, o homem deve instruí-la, leva-la a uma cama separada e bater-lhe".

Outro do exemplo de desrespeito pelos direitos da mulher é a circuncisão. Esta não é mencionada no Alcorão e não é obrigatória. A circuncisão ainda é usada até hoje no norte da África. Hoje há uma grande oposição contra esse mutilamento.

Como podemos constatar, exemplos de discriminação de género há inúmeros. Por exemplo, uma mulher pode ser identificada claramente como muçulmana se ela usa o "chador" (um lenço) mas um homem não pode ser identificado facilmente, pois não há nenhum objecto especial que pode ser reconhecido tão fácil quanto o chador. O lenço pode ser de cores diferentes, geralmente preto para o mais religioso, alguns com flores ou ornamentos e também simplesmente brancos. Em países que não são laicos, as mulheres têm que usar véus negros e roupas pretas, cobrindo-se. Na Turquia há uma grande variedade de cores de lenços e formas usadas pelas mulheres muçulmanas.

Outro dos grandes problemas deste tipo de discriminação é a violência doméstica.

A violência doméstica é um problema universal que atinge milhares de pessoas, na maioria das vezes de um forma silenciosa e subtil. Atinge maioritariamente as mulheres e não obedece a nenhum nível social, económico, religioso ou cultural específico. A violência doméstica é toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar.

A violência doméstica física é fruto da necessidade de quem a aplica, pela dominação e controle. A violência física pode começar com um pequeno toque físico e continuar com empurrões, bofetadas, pontapés, murros e queimaduras. Pode provocar abortos, lesões internas, desfigurações e chegar até ao homicídio.

Por outro lado a violência psicológica inclui todos os comportamentos ou acções que tenham como objectivo ofender, controlar e impedir a autonomia do outro, o seu comportamento, as suas crenças e decisões, influenciando desta forma o direito básico de auto-determinação e desenvolvimento pessoal. É o tipo de violência mais subtil, que deixa marcas profundas na auto-estima, diminui a qualidade do indivíduo, bloqueia a sua criatividade, nega a individualidade, a independência, a autonomia e em muitos casos pode provocar a perda de identidade. Inclui insultos, gritos, críticas constantes, desvalorização, humilhação em privado e em público, indiferença, ameaças e chantagem que pode levar à instalação de um quadro depressivo e ao próprio suicídio.

Há ainda, a violência sexual que inclui todos os actos sexuais realizados contra a vontade do parceiro, incluindo a violação mas também tudo que se relacione com degradação sexual. As perversões sexuais acabam sempre por trazer culpa, vergonha e

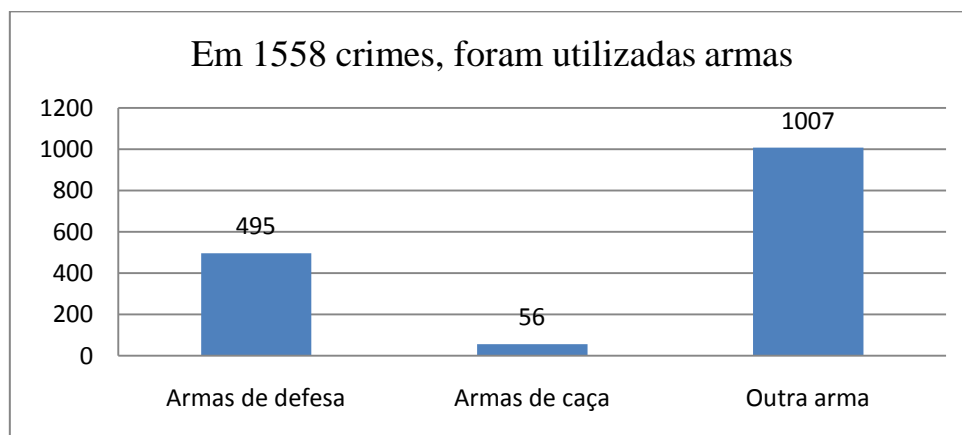
medo para a vítima e mesmo para os possíveis denunciadores solidários com a vítima. Por isso, muitas vezes os crimes sexuais são ocultados.

Para além destes ainda existe a violência emocional (acções e afirmações que pretendem minar a autoconfiança da vítima), a verbal (ameaças e discussões violentas são formas comuns de abuso verbal), espiritual (atacar as convicções espirituais ou religiosas da vítima), financeira (muitas vítimas são emocionalmente dependentes dos agressores, que utilizam esse factor como forma de exercer pressão sobre elas) e a destruição de propriedade (para ameaçar ou aterrorizar a vítima, o agressor pode destruir bens que sejam da sua propriedade). Normalmente aparecem vários tipos de violência associados e qualquer um causa cicatrizes profundas na vítima.

Em Portugal, por semana cerca de 5 mulheres são vítimas de crime contra a vida. Uma em cada cinco mulheres sofreu maus tratos por parte do seu marido ou companheiro, pelo menos uma vez na vida. Quase 4.000 mulheres morrem todos os anos como resultado da violência doméstica. Para além das mulheres, existe também outro tipo de vítimas, as crianças, que sofrem igualmente com situações de violência doméstica directa ou indirecta.

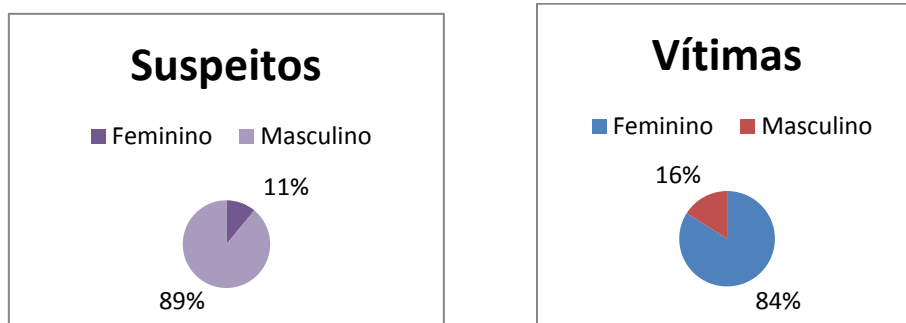
Alguns estudos indicam que os meninos que assistem a situações de violência doméstica têm maior probabilidade de no futuro serem violentos, e as meninas que assistem têm maior probabilidade de aceitar a violência como «normal» quando adultas. Este tipo de situações, não é típico de famílias pobres, pois existem em todos os estratos sociais.

Crime à mão armada



Fonte: Ministério da Administração Interna, 2000

Quem é quem?



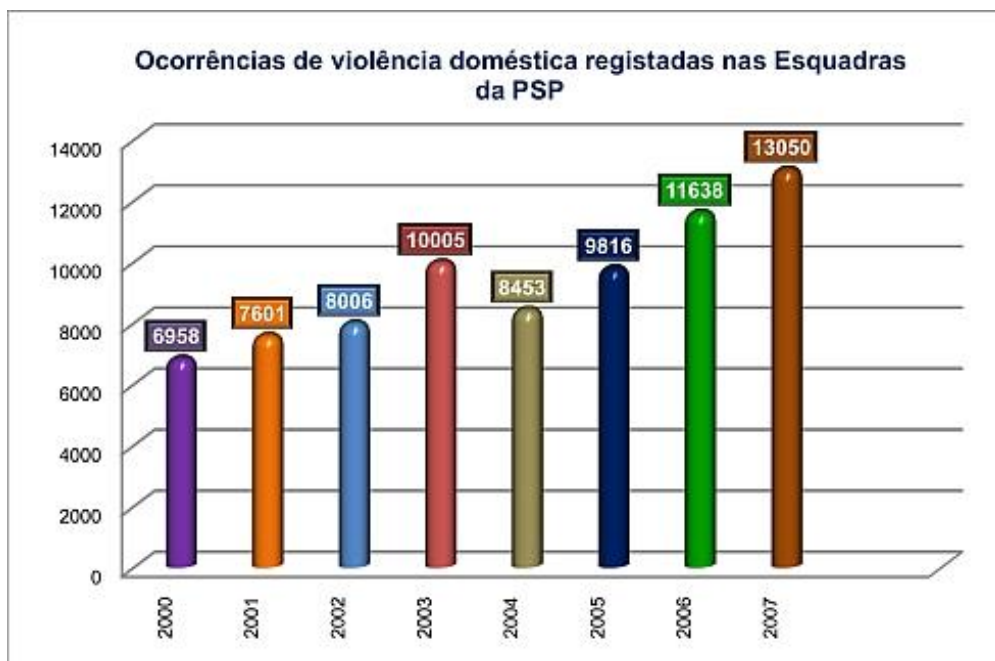
Fonte: Ministério da Administração Interna, 2000

Grau de Parentesco

8400	Cônjuge Companheiro(a)
898	Pai/Mãe/Padrasto/Madrasta
882	Filho(a)
526	Irmã(o) / Cunhado(a)
800	Ex Cônjuge / Companheiro(a)
603	Outros

Fonte: Ministério Administração Interna, 2000

Como é perceptível através da análise dos gráficos anteriores são maioritariamente os homens que agredem as mulheres, embora exista o contrário. É também necessário referir o facto de grande parte da violência doméstica ser praticada pelo cônjuge.



Como vemos através da análise do gráfico este tipo de crime tem aumentado significativamente em Portugal, situação que nos devia preocupar visto que nos consideramos um país desenvolvido, e num país desenvolvido e de bons costumes, como consideramos o nosso, situações destas não deviam acontecer.

Em Portugal para tentar ajudar as vítimas existem diversas instituições, tais como a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, Associação Portuguesa de Apoio à vítima, Associação de Mulheres contra a Violência, entre outras.

A Nações Unidas para tentar diminuir as agressões aos direitos das mulheres e crianças em 18 de Dezembro de 1979 assinou a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação da mulher e em 20 de Outubro de 1989 foi assinada a Convenção sobre os Direitos das Crianças.

Discriminação económica:

Apesar do crescimento e desenvolvimento verificado, a diferença entre países desenvolvidos e em desenvolvimento é notória. Mesmo dentro dos países, independentemente de serem desenvolvidos ou em desenvolvimento, há diferenças no rendimento das pessoas e por isso há diferentes estratos sociais. Ao analisar essas diferenças encontramos percentagens, em alguns casos elevadas, de pobreza, que afecta todos os países. O relatório da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento, apresentado em Junho de 2007, também diz que a situação da pobreza mundial está a piorar.

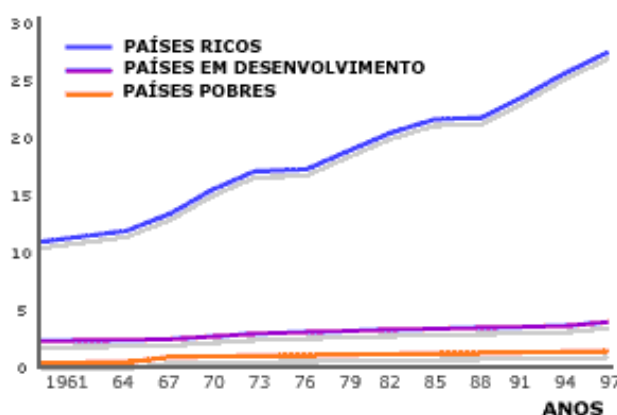
Por exemplo, em alguns países asiáticos, apesar de se ter verificado crescimento económico, dois terços da população viviam com menos de dois dólares por dia na segunda metade da década de 90, com uma média de consumo diário de 1,42 dólares.

Nos países mais pobres de África, onde estão incluídos 34 dos 49 países mais pobres do mundo, quase 9 entre cada 10 pessoas viveram com menos de dois dólares por dia.

O Congo é o país que regista os piores índices, em 90,5% da população a sobreviver com menos de um dólar por dia. Na Ásia, o país em pior situação é Mianmar, a antiga Birmânia, onde esta taxa equivale a 52,3%.

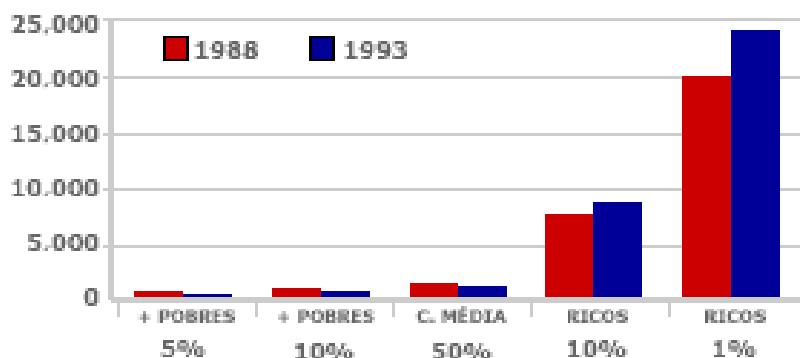
Em termos globais, o número de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia nos 49 países mais pobres do mundo mais do que duplicou nos últimos 30 anos, chegando a 307 milhões, o que equivale a 65% da população. As estimativas da ONU são de que este número pode chegar a 420 milhões em 2015. O agravamento dos índices de pobreza internacional deve-se em parte à globalização, que permitiu a diminuição das barreiras internacionais para o comércio e o investimento.

Rendimento Médio Anual nos Países Pobres e Ricos, PIB per Capita em milhões de dólares.



Fonte: Unicef

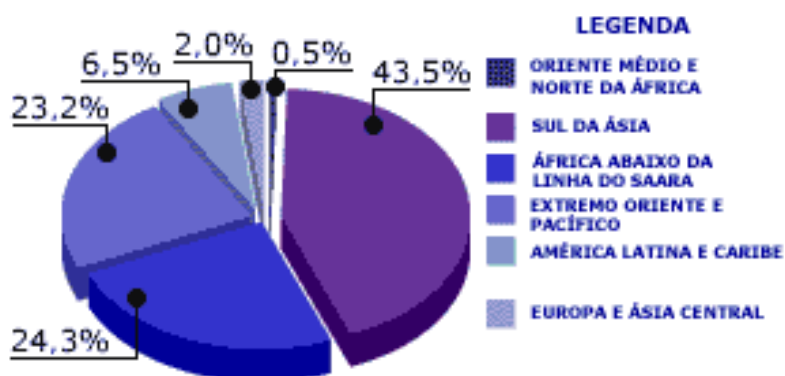
Percentagem de Distribuição de Rendimentos Médios Anuais de Ricos e Pobres, em dólares.



Fonte: Economic Journal, Janeiro de 2002

Como podemos concluir, através da análise dos gráficos os países ricos continuam a ter um aumento do PIB enquanto, que nos países pobres e em desenvolvimento o acréscimo é pouco significativo, o que faz aumentar as desigualdades de riqueza entre países. Também é perceptível que a riqueza é distribuída de forma desigual nos países pobres e ricos o que faz aumentar as desigualdades, tornando os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

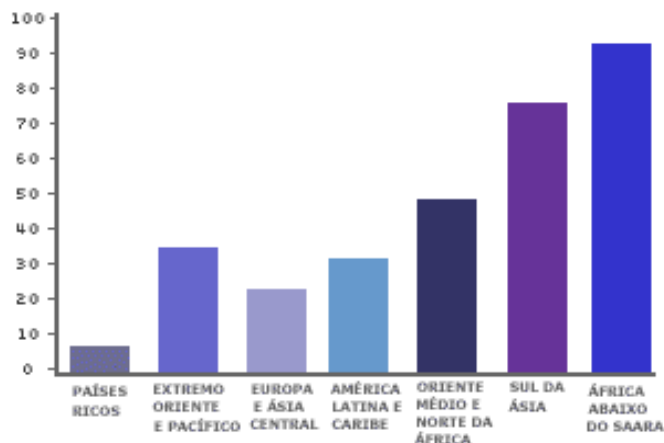
Rendimento per capita: menos de um dólar por dia, em percentagem.



Fonte: Banco Mundial

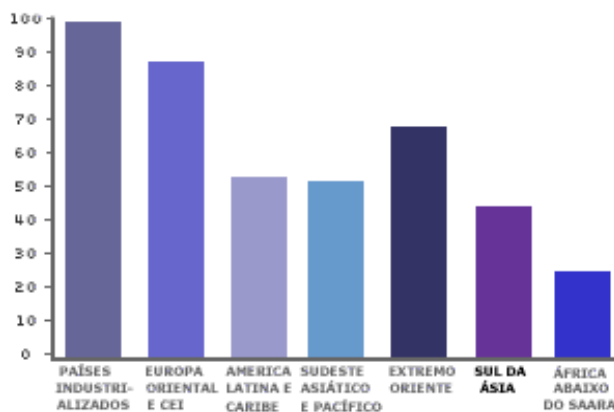
A percentagem de pessoas a viver com menos de um dólar por dia é maior nos países subdesenvolvidos, devido também ao que foi dito anteriormente sobre a desigual distribuição de riqueza. Isto terá consequências a vários níveis, tais como saúde e educação, e é perceptível nos gráficos seguintes.

Condições de Saúde: Mortalidade Infantil, em per milagem (1000%).



Fonte: Banco Mundial

Acesso à Educação: Frequência do Ensino Secundário, em percentagem.



Fonte: ONU

Em consequência do que temos vindo a referir, se os países com menos rendimento per capita são os subdesenvolvidos, é nestes que a percentagem de mortalidade infantil vai ser maior visto que a população não tem acesso a cuidados de saúde básicos. E é também nestes que a percentagem de frequência do ensino secundário é menor. O contrário acontece nos países desenvolvidos.

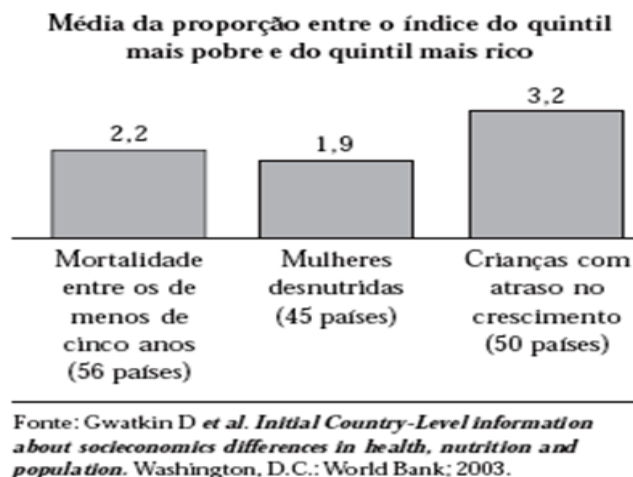
A Organização Mundial de Saúde (OMS) entende a pobreza como um fenómeno complexo e multi-dimensional que depende não só do rendimento, mas também de variáveis como o acesso limitado a serviços básicos, como a educação e a saúde.

Por isso, quanto menos for o rendimento, mais precária é a saúde e maiores são as taxas de doença e de mortalidade prematura ou materno-infantil. Mas o rendimento das pessoas também depende da sua capacidade para o trabalho e este da sua saúde. Ou seja, o rendimento está para a saúde e vice-versa. A saúde é um recurso para se conseguir erradicar definitivamente a pobreza no mundo. Devemos ainda acrescentar que a saúde é um direito do ser humano e o dever de a assegurar à população é dos governos.

Era um dos objectivos do Milénio, reduzir para metade a pobreza extrema até 2015, mas estamos longe de o conseguir alcançar. Contudo, já houve alguns progressos, pois a esperança média de vida nos países em desenvolvimento aumentou de 46 para 63 anos e as taxas de mortalidade das crianças menores de cinco anos reduziram para menos de metade, ainda existem muitas privações humanas em vários domínios, por exemplo, mais de 800 milhões de pessoas sofrem de subalimentação. Os países mais desenvolvidos, melhor posicionados no IDH, têm melhores condições de saúde o que faz com que tenham menores taxas de mortalidade e menor risco de saúde. O inverso acontece nos países subdesenvolvidos.

As diferenças entre países pobres e países ricos, também no que concerne à saúde, são abismais. A OMS refere que a mortalidade de crianças com menos de cinco anos era 2,2 vezes superior e a proporção de crianças com atraso é 3,2 vezes mais elevada.

Desigualdades de saúde nos países menos desenvolvidos



Entre a população mais pobre a mortalidade infantil média é 35 em 1000, enquanto entre a população mais rica este número reduz para 16.

São também significativas as diferenças de gastos *per capita* em saúde em países ricos e em países pobres. Estes gastam em média 11 euros, por pessoa, por ano, contra 241 euros gastos em países de rendimento médio- alto e 2000 euros gastos por países com rendimento alto.

Na avaliação sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio feita pela OMS em 2005 foram tiradas algumas conclusões:

- A manter-se a situação actual, a maioria dos países mais pobres do mundo não alcançará as metas estabelecidas de redução da mortalidade infantil e de menores de cinco anos;
- Relativamente à mortalidade materna, só houve redução nos países que já têm uma taxa de pobreza menor. Nos países com taxas de pobreza maiores observa-se uma estagnação e até mesmo subida destes números;
- A proporção de mulheres que recebem cuidados necessários no parto, o uso de protecção contra mosquitos nas regiões de alta prevalência da malária e o tratamento contra a tuberculose tem aumentado.

A pobreza é um tema divulgado à escala mundial e por isso é difícil ser-lhe indiferente. É exemplo, de que as pessoas estão sensibilizadas para o tema, o festival de música Live 8, que contou com a participação de grandes músicos e cantores internacionais.

Contudo o número de pobres não pára de crescer e já chega a 307 milhões de pessoas no mundo. Para a ONU, o dado mais preocupante é a tendência de que esse número aumente até 2015, quando os países menos desenvolvidos poderão passar a ter 420 milhões de pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza.

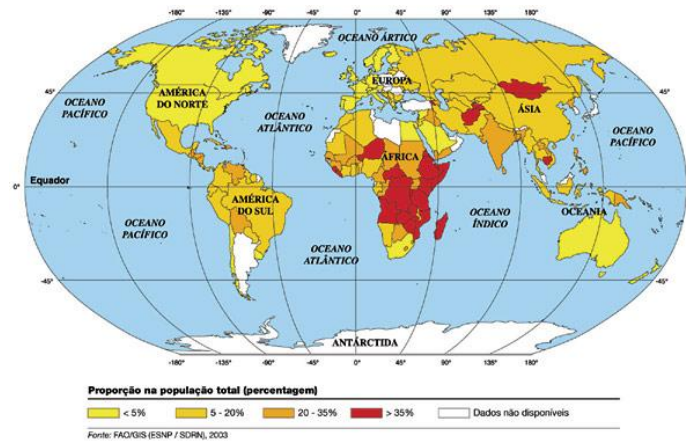
Em algumas regiões, principalmente a África, parte da sua população já tem um consumo diário de apenas 57 centavos de dólares, enquanto um cidadão suíço gasta por dia US\$61,9. Nos anos 70 cerca de 56% da população africana vivia com menos de US\$1,00, hoje este valor é de 65%.



<http://marius70.no.sapo.pt/fome.jpg>

A fome no mundo é sentida de forma diferente nos diversos continentes do mundo, como podemos observar no mapa seguinte.

Mapa da fome no mundo Proporção de pessoas sub nutridas



http://www.feedingminds.org/info/world_pt.htm

Numa análise mundial podemos concluir que a percentagem de pessoas subnutridas no mundo é maior nos países do continente Africano e em alguns países da Ásia. O continente com menos percentagem é o continente Europeu e a América do Norte também apresenta baixas percentagens de subnutrição.

As causas da fome:

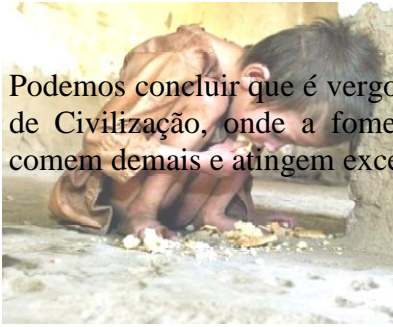
- **As monoculturas:** o produto nacional bruto (PIB) de vários países depende, em muitos casos, de uma cultura só, como acontecia, alguns anos atrás, com o Brasil, cujo único produto de exportação era o café. Sem produções alternativas, a economia desses países depende muito do preço do produto, que é fixado em outros lugares, e das condições climáticas para garantir uma boa colheita;
- **Diferentes condições de troca entre os vários países:** alguns países, ex-colónias, estão a precisar cada vez mais de produtos manufacturados e de alta tecnologia, que eles não produzem e cujo preço é fixado pelos países que exportam. Os preços das matérias-primas, quase sempre o único produto de exportação dos países pobres, são fixados, de novo, pelos países que importam;
- **Multinacionais:** são organizações em condições de realizar operações de carácter global, fugindo assim ao controle dos Estados nacionais ou de organizações internacionais. Estas constituem uma rede de poder supranacional. Querem conquistar mercados, investindo capitais privados e deslocando a produção onde os custos de trabalho, energia e matéria-prima são mais baixos e os direitos dos trabalhadores, limitados. Controlam 40% do comércio mundial e até 90% do comércio mundial dos bens de primeira necessidade;
- **Dívida externa:** conforme a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a dívida está a paralisar a possibilidade de países menos avançados importarem os alimentos dos quais precisam ou de dar à própria produção

agrícola o necessário desenvolvimento. A dívida é contraída com os bancos particulares e com Institutos internacionais como o Fundo Monetário e o Banco Mundial. Para poder pagar os juros, tenta-se incrementar as exportações. Em certos países, 40% do que se arrecada com as exportações são gastos somente para pagar os juros da dívida externa. A dívida, infelizmente, continua inalterada ou aumenta;

- **Conflitos armados:** o dinheiro necessário para providenciar alimento, água, educação, saúde e habitação de maneira suficiente para todos, durante um ano, corresponde a quanto o mundo inteiro gasta em menos de um mês na compra de armas. Além disso, os conflitos armados presentes em muitos países em desenvolvimento causam graves perdas e destruições no seu sistema produtivo primário;
- **Desigualdades sociais:** a luta contra a fome é, em primeiro lugar, uma luta contra a fome pela justiça social. As elites que estão no governo, a controlar o acesso aos alimentos, mantêm e consolidam o próprio poder. Paradoxalmente, os que produzem alimento são os primeiros a sofrer a sua falta. Na maioria dos países, é muito mais fácil encontrar pessoas que passam fome em contextos rurais do que em contextos urbanos;
- **Neocolonialismo:** em 1945, através do reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos, iniciou o processo de libertação dos países que até então eram colónias de outras nações. Mas, uma vez adquirida a independência, em muitos continuaram os conflitos internos que têm a sua origem nos profundos desequilíbrios sociais herdados do colonialismo. Em muitos países, ao domínio colonial sucederam as ditaduras, apoiadas pela cumplicidade das super potências e por acordos de cooperação com a antiga potência colonial. Isso deu origem ao neocolonialismo e as trocas comerciais continuaram a favorecer as mesmas potências.

Algumas destas causas dependem da situação do país, como o regime de monocultura, os conflitos armados e as desigualdades sociais. Contudo há causas que não dependem do próprio país em desenvolvimento, e sim da situação a nível internacional. Referimo-nos às condições desiguais de troca entre as várias nações, à presença das multinacionais, ao peso da dívida externa e ao neocolonialismo. Isto quer dizer que os países em desenvolvimento, não conseguirão sozinhos vencer a não ser que grandes mudanças aconteçam no relacionamento entre essas e as mais industrializadas.

Causas naturais	Causas humanas
• Clima	• Instabilidade política
• Seca	• Ineficácia e má administração dos recursos naturais
• Inundações	• A guerra
• Terramotos	• Os conflitos civis
• As pragas de insectos e as enfermidades das plantas	• O difícil acesso aos meios de produção pelos trabalhadores rurais, pelos sem-terra ou pela população em geral
	• (...)



Podemos concluir que é vergonhosa a situação a que chegou o homem com a sua forma de Civilização, onde a fome mata milhões de crianças no mundo, enquanto outras comem demais e atingem excessos de peso e a doença pela mão dos próprios pais.



É também conclusivo através das análises, feitas ao longo desta exposição, que os países com mais poder económico, pouco ou nada ajudam no desenvolvimento dos países menos desenvolvidos. E as desigualdades existem em todo o mundo, mesmo nos países que são considerados desenvolvidos.

Em Portugal, os dez por cento da população com menos rendimentos gastam 24,3% do seu rendimento em alimentação, enquanto os dez por cento mais ricos, apenas 10%, revela o INE. Isto faz com que, devido sobretudo à escala de bens alimentares como o leite ou o pão, os mais pobres situam uma inflação de 3,5 por cento, enquanto os mais ricos ficam com uns mais confortáveis 3 por cento. Por isso, uma das consequências mais importantes daquilo que se passa no mercado dos bens alimentares é o aumento da desigualdade mundial.

A pobreza constitui uma violação dos Direitos Humanos pois priva as pessoas da satisfação de necessidades básicas, tais como alimentação, saúde, educação e habitação. Esta situação leva também a que estas pessoas tenham dificuldade em arranjar emprego, o que os impede também de aceder à segurança social. São «olhadas de lado» por não poderem ter acesso a meios de diversão e a roupas de marca, ou seja são muitas vezes vítimas de discriminação económica.

Existe assim o Fórum Social Mundial que se opõe à discriminação social. O FSM é um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, se configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. O Fórum Social Mundial caracteriza-se também pela pluralidade e pela diversidade, tendo um carácter não confessional, não governamental e não partidário. Ele propõe facilitar a articulação, de forma descentralizada e em rede, de entidades e movimentos engajados em acções concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial. O Fórum Social Mundial não é uma entidade nem uma organização

Discriminação étnica e racial:

Este tipo de discriminação é antigo e muito visível no nosso dia-a-dia, apresentando-se de diversas formas como o racismo, xenofobia e etnocentrismo.

O racismo é a doutrina que sustenta a superioridade de certas raças. Caracteriza-se como um sistema segregacionista por natureza, uma ideologia que prega a supremacia de um povo, uma raça, ou mesmo de uma cultura sobre outros, expressando-se de diversas maneiras: nível cultural, religioso, biológico. Teve as suas primeiras teorizações no século passado, na França. Entende-se por xenofobia um medo excessivo, descontrolado e desmedido em relação a pessoas estranhas, com as quais nós habitualmente não contactamos. O etnocentrismo é a atitude característica de quem só reconhece legitimidade e validade as normas e valores vigentes na sua cultura ou sociedade. Tem a sua origem na tendência de julgarmos as realizações culturais de outros povos a partir dos nossos próprios padrões culturais, pelo que não é de admirar que consideremos o nosso modo de vida como preferível e superior a todos os outros. Os valores da sociedade a que pertencemos são, na atitude etnocêntrica, declarados como valores universalizáveis, aplicáveis a todos os homens, ou seja, dada a sua "superioridade" devem ser seguidos por todas as outras sociedades e culturas. Adoptando esta perspectiva, não é de estranhar que alguns povos tendam a intitular-se os únicos legítimos e verdadeiros representantes da espécie humana.

A Europa, tal como os restantes continentes, vive sob o impacto da globalização, de uma maior mobilidade internacional e do incremento dos fluxos migratórios. O aumento da intolerância política, religiosa e étnica bem como o desencadear de vários conflitos armados, dentro e fora do espaço europeu, provocaram a saída, de inúmeras pessoas das suas terras, refugiados nem sempre bem acolhidos em ambientes que lhes são pouco familiares. Carências económicas, a par de problemas sociais vividos pelos cidadãos de determinado Estado, têm contribuído para o surgimento de tensões evidenciadas sob formas de racismo «flagrante» e «subtil» contra determinados grupos, entre os quais comunidades migrantes e minorias étnicas ou religiosas (por exemplo, os ciganos, os judeus, os muçulmanos, ...).

Iremos agora debruçar-nos sobre este tipo de discriminação em Portugal. Contudo tal tarefa não é fácil devido à ausência de dados oficiais que nos permitam tirar conclusões. A falta de informação acerca deste tema pode dever-se a vários factores, tais como: a vergonha das vítimas em denunciar a discriminação de que são alvo, a crença na ineficácia dos mecanismos legais, a incapacidade das forças policiais em lidarem com estes fenómenos, a dificuldade em provar que um determinado acto teve motivações racistas, o estatuto legal da vítima, muitas vezes um imigrante indocumentado, o que faz com que não queira apresentar queixas às autoridades, entre outros factores.

A sociedade portuguesa, nos últimos anos viu a composição demográfica alterar-se significativamente no que toca à diversidade de nacionalidades a residir em Portugal. Contudo esta diversidade cultural nem sempre é bem aceite pelos portugueses. O que leva estes a terem atitudes racistas. É importante referir que, embora os estrangeiros

sejam potenciais vítimas de discriminação racial, a nacionalidade não é o principal critério para eleger os valores do racismo. Estes são muitas vezes cidadãos portugueses, como é o caso da maioria dos ciganos e dos descendentes de emigrantes africanos que têm cidadania portuguesa. No entanto, se estes indivíduos são portugueses, não são percebidos como tal por muitos dos membros da maioria étnica.

Nos últimos anos assistiram-se a importantes mudanças no quadro legal e institucional da luta contra a discriminação racial. Essas mudanças foram, em Portugal, altamente subsidiárias da produção de novas disposições legais a nível Europeu. Entre essas disposições legais assumem especial significado as Directivas do Conselho Europeu aprovadas no ano 2000. No entanto, entre os instrumentos legais para a luta contra o racismo e a discriminação racial ou étnica incluem-se normas penais, civis e administrativas, bem como normas internacionais e comunitárias ratificadas ou transportadas para a ordem jurídica interna, anteriores ao ano de 2000.

Artigo 13º da Constituição da Republica Portuguesa

(Princípio da igualdade)

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.
2. Ninguém pode privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Artigo 15º da Constituição da Republica Portuguesa

(Estrangeiros, apátridas, cidadãos europeus)

1. Os estrangeiros e os apátridas que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português.

Apesar de haver legislação para a luta contra o racismo e a discriminação racial ou étnica estes actos não deixaram de existir. Ocorreram em Portugal casos de violência racista, muitos deles relacionados com a acção dos skineads.

Contudo existem muito poucos casos nos tribunais relacionados com discriminação racial ou étnica. Um caso emblemático sobre discriminação ocorreu em 1995, em Lisboa, quando um grupo de skineads atacou doze pessoas negras, tendo assassinado um jovem. No processo que este incidente originou foram constituídos dezanove arguidos tendo todos sido acusados de crimes de genocídio, homicídio e ofensas corporais.

Para além deste há muitas outros casos de racismo, de menor ou maior gravidade que este. Uma das questões mais complicadas nos processos que envolvem uma acusação de

discriminação racial é a questão da prova, nomeadamente da prova das motivações racistas que estão na origem de uma acção.

Os problemas relacionados com o racismo chegam também à política. Nomeadamente, com a criação do Partido Nacional Renovador (PNR) e com todas as polémicas à sua volta, nomeadamente o cartaz colocado pelo partido, em Março de 2007 onde se lia «Basta de Imigração, Nacionalismo é a solução» e «Portugal aos Portugueses».

Relaciona-se as actuações dos skineads ao PNR, Juventude Nacionalista, Frente Nacional e uma série de organizações com presença visível na internet.



Em termos legais não se observam, em Portugal, restrições ao acesso à educação por parte dos imigrantes, minorias étnicas ou refugiados.

Contudo os fenómenos de discriminação presentes na sociedade prolongam-se para a escola, espaços de convivialidade de uma população cada vez mais heterogénea. Os casos conhecidos indicam que são os ciganos, os africanos e os seus descendentes (na generalidade indivíduos detentores de nacionalidade portuguesa ou pertencentes a agregados familiares com maior tempo de permanência em Portugal), os grupos mais vulneráveis à discriminação directa ou indirecta no sector da educação. Alunos, professores e auxiliares da acção educativa discriminam essencialmente os ciganos ou descendentes de pessoas originárias de países subdesenvolvidos. A maioria dos casos de discriminação no sector da educação que têm chegado ao conhecimento público relacionam-se, geralmente, com processos de formação de turmas em que se agregam alunos de minorias étnicas em turmas específicas, apesar de o Ministério da Educação proibir estas práticas.

O trabalho, enquanto dimensão estruturante de vida dos indivíduos, lugar onde se passa grande parte do tempo útil de cada dia, onde se jogam também as possibilidades do restante tempo, do consumo e do lazer, que ocupa um papel determinante nas decisões de vida, tem evidentemente uma dimensão chave quando nos debruçamos sobre a questão da discriminação. Quando um grupo nacional, étnico, ou um grupo racializado, é vítima de discriminação sistemática, são as suas possibilidades de vida que estão a ser limitadas. Os membros desse grupo estão de facto a ser condenados a uma menorização social em função da cor da pele, da cultura, ou do país de origem. Essa discriminação não é absoluta e podemos ver membros do grupo discriminado ocupar lugares de topo na hierarquia social. Porém, é mais difícil a um negro ocupar lugares de topo na

hierarquia económica, política ou cultural do que a um português branco. O mesmo vale para outros grupos socialmente subordinados como as mulheres ou os homossexuais.

Falar de discriminação racial no trabalho e no emprego pode ter vários significados. Pode significar que os membros de um grupo são prejudicados na contratação, na promoção e no despedimento em função da sua cor de pele, da sua nacionalidade ou da sua etnia. Tal como outros tipos de discriminação, é extremamente difícil provar que alguém teve a intenção de discriminar, e também não existem condenações por discriminação racial na contratação, despedimento ou promoção. Este tipo de tratamento diferencial assenta na crença de que nos «outros» grupos, que não o «nosso» encontram-se em menor grau certas características (como a ambição, a inteligência, a autonomia individual, a orientação pelo mérito ou a busca da excelência) que são positivamente valorizados quando se tomam decisões de contratação ou de promoção.

Outro dos significados que pode ter é o da desvantagem estrutural em que certos grupos de imigrantes ocupam sistematicamente os lugares mais desfavoráveis da estrutura ocupacional, com os empregos menos qualificados e mais mal pagos. De facto, os imigrantes oriundos dos PALOP, da Europa de Leste e do Brasil trabalham sobretudo na construção civil, hotelaria e turismo ou em trabalhos não qualificados (embora os brasileiros tenham uma maior presença no sector dos serviços e vendas), ou seja, existe uma marcada segmentação étnica do mercado de trabalho português. As ocupações dos imigrantes são as que têm menos segurança laboral, verificando-se uma maior precariedade e portanto uma maior vulnerabilidade às flutuações da economia, são também os que têm baixas remunerações mas são actividades fundamentais na sociedade.

As condições de habitação das minorias étnicas nem sempre são as melhores, pois devido aos baixos recursos não conseguem alugar ou comprar uma habitação, isto acontece frequentemente com a população cigana e com os imigrantes. A solução encontrada por estas pessoas, é muitas vezes, o recurso à auto-construção e ao improvisado, aglomerando-se na periferia das grandes cidades. Isto, leva ao crescimento de extensos bairros de barracas e de outras edificações ilegais. Aqueles que poderiam arrendar casa, tal não lhes é permitido pois, deparam-se com actos discriminatórios tais como: recusa de arrendamento, aumento injustificado dos preços ou a exigência de requisitos abusivos para alugar ou comprar, em função da nacionalidade ou pertença étnica.

Contudo existem instituições de solidariedade que tentam ajudar estas comunidades, tais como o «SOS Racismo», a «Solidariedade Imigrante» ou o «Olho Vivo».

Algumas autarquias, com o objectivo de dar condições condignas a estas pessoas e reduzir os «bairros de lata» atribuíram algumas casas a pessoas carenciadas, e surgiram assim os chamados «bairros sociais».

No que concerne á saúde, embora de acordo com a legislação portuguesa ciganos, imigrantes e outras minorias, tenham direito aos cuidados de saúde, independentemente da sua situação legal, muitas vezes encontram obstáculos quando tentam aceder ao Serviço Nacional de Saúde. Esta situação deve-se, ocasionalmente, ao desconhecimento

e à falta de formação adequada do pessoal que faz atendimento. Todavia, também se deve à expressão de preconceitos e receios de que os imigrantes ameaçam a distribuição dos já escassos recursos.

Tabela 1 – Ocorrência de maus tratos ou prestação de serviços de qualidade inferior no Serviço Nacional de Saúde, imputada pelos próprios entrevistados à sua origem estrangeira ou pertença à etnia cigana, durante o último ano

	Brasileiros	Cabo-Verdianos	Guineenses	Ucranianos	Ciganos
Nunca	86%	88%	89%	86%	82%
1, 2 vezes	9%	9%	10%	10%	13%
3, 4 vezes	2%	2%	1%	2%	3%
5 ou + vezes	3%	2%	1%	2%	2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%
N	287	351	341	309	349
Mediana	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca

Fonte: Santos *et al.*, *op. cit.*

Algumas conclusões acerca deste tipo de discriminação:

- Os grupos mais afectados pelo racismo em Portugal são os negros, a maioria deles oriundos dos PALOP e os ciganos;
- Mesmo as características positivas associadas a estes grupos são menos valorizadas do que aquelas que são comumente associadas ao grupo maioritário: os portugueses brancos;
- Esta percepção está de tal forma naturalizada que o estereótipo convive com a concepção que o português faz de si próprio como não racista e benigno para com a diferença;
- O custo desta persistência do estereótipo é uma situação estrutural de desvantagem na escola e no mercado de trabalho que, dado o carácter estruturante destas duas dimensões em todo o percurso de vida, se repercute em muitas outras áreas do social, como a habitação, a saúde ou a segurança social;
- Morar num dos muitos bairros pobres pode ter um efeito estigmatizador que cria mais uma desvantagem na obtenção de um bom emprego;
- É essencial formar as pessoas de forma a não serem racistas,
- Dada a importância do trabalho na vida, é essencial garantir a plena integração dos imigrantes e das minorias, nomeadamente os ciganos, no mercado de trabalho formal;
- São as minorias étnicas e os imigrantes que fazem aumentar a taxa de natalidade o que só traz benefícios para o país.

Discriminação por orientação sexual:

Como já foi referido anteriormente também há pessoas a serem alvo de discriminação por terem orientações sexuais diferentes da heterossexualidade, pois a maioria das pessoas é heterossexual.

Para além da heterossexualidade existe também a homossexualidade feminina e masculina, a bissexualidade e transsexualidade.

O termo heterossexual é usado para definir homens e mulheres que sentem atracção pelo sexo oposto. Além desse fato, os heterossexuais são responsáveis pela reprodução e por impedir a humanidade de entrar em extinção sendo assim classificados como seres escravos da Genética. A homossexualidade significa que um indivíduo sente atracção física, psicológica e emocional por outro indivíduo do mesmo sexo, e esta existe no feminino e no masculino, atribuindo-se o nome de lésbicas e gays respectivamente. A bissexualidade consiste na atracção física, emocional e espiritual por pessoas tanto do mesmo sexo como do oposto, com níveis variantes de interesse por cada um, ou seja, tanto podem apaixonar-se por alguém do sexo masculino, como por alguém do sexo feminino. A transsexualidade trata-se de um desejo de viver e ser aceite enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo acompanha em geral um sentimento de mau estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatómico e do desejo de se submeter a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado.

Os diversos tipos de orientação sexual, diferentes da heterossexualidade eram vistos como uma doença psicológica. Contudo a APA (American Psychiatric Association) retirou a homossexualidade do seu "Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais" (DSM) em 1973, depois de rever estudos e provas que revelavam que a homossexualidade não se enquadra nos critérios utilizados na categorização de doenças mentais. A Organização Mundial de Saúde (OMS) fez o mesmo em 1993. Psicólogos e sexólogos chegaram à conclusão de que a homossexualidade é uma variante da normalidade.

A discriminação por orientação sexual apresenta-se muitas vezes como homofobia (o medo e o desprezo pelos homossexuais e é um termo usado para descrever o ódio generalizado aos homossexuais) e como heterossexismo (é utilizado para designar o sistema ideológico que assume a heterossexualidade como superior, promovendo a opressão, negação e discriminação das pessoas de orientação sexual diferente da heterossexual).

A orientação sexual é o principal factor de discriminação no nosso país. Um inquérito divulgado em Bruxelas pela Comissão Europeia revela que os portugueses colocam a orientação sexual à frente da origem étnica e da deficiência quando questionados sobre discriminação.

O «Eurobarómetro» de 2009 sobre «Discriminação na União Europeia» mostra que 58 por cento dos portugueses consideram a discriminação em função da orientação sexual «comum». Já os europeus apontam este tipo de discriminação como o quarto mais comum.

Por exemplo, muitas pessoas têm uma ideia errada dos homossexuais, pois pensam que todos os gays são efeminados e todas as lésbicas são masculinizadas". Esta é a opinião generalizada, mas não corresponde à realidade. Geralmente não é possível ver a homossexualidade através da aparência. Os gays e as lésbicas têm a mesma aparência e agem tal e qual como todas as outras pessoas. As pessoas com maneirismos são uma minoria entre os homossexuais. São pessoas como os heterossexuais e agem normalmente como esses. Ou seja, há algum desconhecimento em relação ao que é ter outra orientação sexual diferente da mais comum. Contudo esse desconhecimento está a diminuir pois cada vez há mais homossexuais a falarem abertamente das suas vidas, e aos poucos e poucos, as atitudes negativas em relação aos homossexuais irão também modificar-se, mas ainda há muito a fazer.

O facto de haver desconhecimento social e discriminação leva também a que muitas pessoas tenham medo de se assumir publicamente. Muitos homossexuais apercebem-se desde muito cedo que as suas paixões e interesses estão direccionados para membros do mesmo sexo. Outros não descobrem até mais tarde nas suas vidas o que é que os seus sentimentos querem dizer. Muitos destes encontram-se até em relações heterossexuais, casados e com filhos. Por estas razões é muito difícil determinar quantos homossexuais existem. Mas está estimado que entre 5 a 10% da população é homossexual assumida ou tem sentimentos homossexuais aos quais não corresponde devido à pressão social.

Uma das questões mais comuns sobre a homossexualidade é de como é que se sabe que se é gay ou lésbica. Não existe uma verdadeira resposta para isso. Muitas pessoas dão-se conta dos seus sentimentos homossexuais mesmo antes de saberem que existe uma palavra para os descrever. A muitos jovens é dito que é "só uma fase" pela qual estão a passar, mas raramente é realmente apenas uma fase. Outros têm sentimentos que só mais tarde nas suas vidas foram identificados como homossexuais. Uns compreenderam o que significavam os seus sentimentos através de um relacionamento amoroso.

Há também alguns mitos que contribuem para que haja descriminação. Um deles é o de se achar que os bissexuais são infiéis, contudo a bissexualidade não significa uma indecisão quanto ao sexo que se pretende, nem que a pessoa bissexual é mais promíscua ou instável; muito menos significa que procura a bigamia nas suas relações amorosas. As pessoas bissexuais têm as mesmas capacidades de fidelidade e estabilidade numa relação, que as outras orientações sexuais.

Uma das inúmeras polémicas em torno dos homossexuais é a questão de eles poderes, ou não adoptar e de poderes, ou não casar. O casamento homossexual já é permitido na Holanda, na África do Sul, Bélgica, Canadá, Noruega e Espanha. Em Portugal, foi aprovada a proposta de lei referente há possibilidade de estes poderem casar, mas ainda não foi publicada a lei.

Na Holanda, por exemplo, é permitido que casais homossexuais adoptem crianças desde 1998. Em Portugal é possível que pessoas singulares, maiores de 30 anos, possam adoptar, de acordo com o decreto-lei n.º 120/98, deitando assim por terra a argumentação da necessidade de uma figura paterna/materna, mas os homossexuais não podem adoptar.

A nível social, mostrar livremente à sociedade as relações amorosas que vivem pode significar ostracismo, insultos ou mesmo agressão. No caso dos jovens, a discriminação na escola, na família e na sociedade em geral leva a que haja uma incidência no mínimo três a cinco vezes superior de depressões, de baixa auto-estima e de tentativas e concretização de suicídio. Ao nível profissional, alguns homossexuais podem ter mais probabilidade de serem despedidos, de não serem promovidos ou de não chegarem a ser contratados devido à sua orientação sexual. Ao nível jurídico, os homossexuais ainda não têm exactamente os mesmos direitos que os heterossexuais (sobretudo no que diz respeito às suas relações conjugais) tendo apenas os mesmos deveres.

Em Portugal, há um caso muito polémico e divulgado por vários órgãos de comunicação social, de um casal homossexual (Teresa e Helena) que assumiram publicamente em 2006 a sua relação e tentaram casar num registo civil. Desde aí têm sido vítimas de discriminação constante, já mudaram de casa cinco vezes, as filhas biológicas são alvo de chacota. Não lhe dão emprego nem lhe alugam casa por serem homossexuais.



Na verdade, as atitudes negativas contra os homossexuais são baseadas apenas em estereótipos. O importante é procurar, no quotidiano, evitar essas ideias feitas e tratá-los como indivíduos que são, respeitando a sua integridade física e moral. Mais e melhor informação poderá também contribuir para reduzir a discriminação e o preconceito para com pessoas homo e bissexuais e fazer com que, aos poucos, estas pessoas se sintam mais à vontade para se assumir, partilhar os seus sentimentos e viver as suas relações amorosas com pessoas do mesmo sexo de modo visível.

Discriminação religiosa:

Este tipo de discriminação não é tão polémico e presente, em Portugal, como os referidos anteriormente.

Em Portugal a religião predominante é a católica, mas existem algumas pessoas que não seguem esta religião.

Ao contrário de alguns países, em Portugal não, são conhecidos casos de discriminação religiosa. De uma maneira geral aceita-se que as pessoas optem pela religião com a qual mais se identificam. As pessoas mais conservadoras por vezes olham de lado mas não põem obstáculos. O que por vezes se verifica, por parte de algumas pessoas, é que ou olham de lado para pessoas de outras religiões, essencialmente a muçulmana, ou por

vezes mandam «bocas» mas não se verifica obstáculos por parte dos católicos, às pessoas de outras religiões.

Contudo em alguns países há conflitos entre pessoas de diferentes religiões. Um desses países é o Reino Unido. Por exemplo, a aluna Sam Morris foi impedida de frequentar a escola com um crucifixo ao peito, contudo na mesma escola, alunos de outras religiões podem usar os seus símbolos religiosos.



Na Europa começa a assistir-se a uma verdadeira perseguição ao Cristianismo, sobretudo nos países onde o politicamente correcto impera. O campeão da discriminação parece mesmo ser o Reino Unido, país no qual os casos se sucedem.

Outro país que é exemplo de desrespeito dos direitos humanos, referentes a este tipo de discriminação, é Cabinda. Este facto foi denunciado pela relatora especial das Nações Unidas, Asma Jahangir, denunciou num relatório apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Março de 2008, que Cabinda continua a ser palco de "violações dos direitos humanos" pelas forças de segurança angolanas, nomeadamente contra responsáveis da Igreja cabindense. Esta funcionária refere ter recebido um número significativo de relatos de violência, intimidação, assédio e detenções por agentes do Estado de indivíduos alegadamente envolvidos na disputa da liderança da Igreja Católica em Cabinda.

É necessário que os governos intervenham neste tipo de situações para prevenir conflitos e situações de discriminação. Pois a possibilidade de escolher a religião que se pretende seguir deve ser um direito de todos.

Discriminação de deficientes e portadores de doenças:

Este tipo de discriminação não é muito visível nem é muito divulgada.

Relativamente aos deficientes muitos são os entraves à tentativa de estes terem uma vida minimamente normal. Tem dificuldade de se integrar, circular, não tem apoios do Estado, têm dificuldade em arranjar emprego e por isso é difícil serem independentes, dentro das suas possibilidades.

Estas pessoas encontram dificuldades, logo de pequenos, em aceder a educação apropriada. Em adolescentes são gozadas e discriminadas na escola e têm dificuldades em entrar para a universidade, por falta de apoio especial na escola. Outro dos grandes e graves problemas destas pessoas é a circulação, quer em espaços públicos, quer nas suas

próprias casa. Pois os passeios não são apropriados, e a falta de civismo de muitos cidadãos leva a que estes estacionem no passeio o que torna ainda mais difícil a circulação das pessoas portadoras de deficiência. Algumas destas pessoas estão totalmente dependentes de terceiros, o que deixa as suas famílias preocupadas, e tentam encontrar uma instituição que acolha este tipo de pessoas contudo esta é uma tarefa difícil.

Esquecemo-nos por vezes que estas pessoas têm sonhos e têm de fazer um esforço triplo para os alcançar, pois são inúmeros os entraves que encontram ao longo das suas vidas.

É de referir que as Nações Unidas elaboraram A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência que constitui um marco histórico na garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos e em particular das Pessoas com Deficiência. A adopção de uma Convenção sobre direitos humanos no início deste século resultou do consenso generalizado da comunidade internacional (Governos, ONG's e cidadãos) sobre a necessidade de garantir efectivamente o respeito pela integridade, dignidade e liberdade individual das pessoas com deficiência e de reforçar a proibição da discriminação destes cidadãos através de leis, políticas e programas que atendam especificamente às suas características e promovam a sua participação na sociedade. A Convenção reafirma os princípios universais (dignidade, integralidade, igualdade e não discriminação) em que se baseia e define as obrigações gerais dos Governos relativas à integração das várias dimensões da deficiência nas suas política, bem como as obrigações específicas relativas à sensibilização da sociedade para a deficiência, ao combate aos estereótipos e à valorização das pessoas com deficiência.

Outro alvo de discriminação, são os portadores de doenças, nomeadamente pessoas com trissomia vinte e um, infectados com o vírus VIH, entre outros.

Estas pessoas encontram entraves semelhantes aos referidos anteriormente. Um deles é o acesso a emprego. As pessoas infectadas pelo vírus VIH são frequentemente vítimas de discriminação, essencialmente por desconhecimento por parte das outras pessoas, porque pensam que com um simples abraço, aperto de mão ou conversa pode transmitir-se o vírus, contudo tem havido maior informação sobre o vírus o que diminui o desconhecimento das pessoas.

Há ainda outros tipos de discriminação, contudo referimos os mais flagrantes.

Por exemplo, os idosos para além de serem alvo de chacota por parte de algumas pessoas insensíveis, são também (em alguns casos) abandonados pela família em hospitais, em lares ou até mesmo nas suas casas. Por vezes ainda são vítimas de violência.

Entre jovens é também frequente a discriminação por não vestirem este ou aquele tipo de roupa ou roupas de marca. São postos de parte pelo grupo de amigos por não se vestir da mesma forma. Isto não acontece só entre jovens, contudo é nesta faixa etária onde esta situação é mais frequente.

O estrato social por vezes é também motivo de discriminação. Há situações em que pessoas da classe alta não convivem nem querem conviver com pessoas de classe baixa, muitas vezes por se acharem superiores.

É necessário sensibilizar as pessoas para que percebam que somos todos seres humanos independentemente da raça, cor de pele, etnia, condições físicas e psíquicas ou roupa que vestimos. Temos todos os mesmos deveres, logo também devíamos ter os mesmos deveres.

Cidadania:

A cidadania é um ideal democrático com uma função integradora. Isto é, o cidadão é reconhecido como um membro, numa sociedade, igual a todos os outros com direitos políticos. E tem uma função integradora uma vez que é um símbolo da nossa pertença a uma comunidade havendo partilha, com diversos grupos, de uma identidade.

A família é o pilar principal do indivíduo, como tal é dela que poderá partir um bom ou mau cidadão. No entanto, há outras instituições que podem contribuir isto.

A escola e a cidadania:

A escola tem um papel fundamental na educação para a cidadania uma vez que ensina a fazer uso do conhecimento e da informação, e é o conhecimento promove cidadãos mais participativos e interventores.

A educação para a cidadania é uma área transversal que aborda temas como a Educação para os Direitos Humanos, Educação Ambiental ou Educação para a saúde. As disciplinas que se dedicam à cidadania são transdisciplinares, nomeadamente Estudo Acompanhado, Formação Cívica e Área de Projecto. A finalidade é desenvolver nos alunos atitudes de auto-estima, respeito mútuo e regras de convivência que conduzam à formação de cidadãos solidários, autónomos, participativos e civicamente responsáveis.



Cidadania europeia:

A Segunda Guerra Mundial deixou a Europa em ruínas, perdendo o seu papel de centro do poder e de decisão do mundo que havia desempenhado até aí. Era necessário, então, implementar a paz e fazer uma reconstrução económica. Assinou-se para o efeito o Tratado de Paris instituindo a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) que entrou em vigor em 1952.

No sentido de aprofundar esta via da integração económica que inicialmente tinha como objectivo reconstruir a Europa, deu-se o passo que instituiu a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Euratom (ou CEEA – Comunidade Europeia da Energia Atómica).

Objectivos do Tratado de Roma com a CEE
✓ Criação de uma união aduaneira;
✓ Construção de um mercado comum;
✓ Adopção de políticas comuns;
✓ Instituição de um Banco Europeu de Investimentos.

Objectivos de Tratado de Roma com a EURATOM
✓ Investigação e difusão de conhecimentos;
✓ Aperfeiçoamento de tecnologias industriais;
✓ Investimento e criação de empresas comuns;
✓ Aprovisionamentos;
✓ Segurança;
✓ Estabelecimento de um mercado comum.

Um avanço superior a este foi com a instituição da União Europeia através do Tratado de Maastricht a 7 de Dezembro de 1992. Desta feita, deixou de haver a integração com objectivos meramente economicos, passando a existir agora a integração social e política.

“ É instituída a Cidadania da União. É cidadão da União pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-membro. A cidadania da União é complementar da cidadania nacional e não a substitui.”. Artigo 17º Tratado da União Europeia.

Objectivos do Tratado de Maastricht
✓ Criação de uma União Política;
✓ Criação de uma União Económica e Monetária.

Tratado de Maastricht: União Política
✓ Criação de uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC);
✓ Reforço de Cooperação nos domínios da Justiça e Assuntos Internos;
✓ Instauração de uma Cidadania Europeia;
✓ Construção de uma Europa Social;
✓ Novos campos de acção comunitária;
✓ Reforço de legitimidade democrática.

Adopção da moeda única, porquê?

A implementação de uma só moeda para todos os Estados-membros, o euro, veio aproximar ainda mais os cidadãos pertencentes a estes. As razões assentam na estabilidade e prosperidade uma vez que devido à globalização exige-se uma maior cooperação entre os Estados-membros. Outra razão deveu-se ao mercado único, assim eliminaram-se as taxas de câmbio, pondo fim às perturbações nas trocas comerciais ou investimentos. O incentivo ao crescimento e ao emprego também esteve na base do euro, desta forma os preços tornam-se mais estáveis, as taxas de juro reduzem-se e cria-se um melhor ambiente para o investimento, aumento do emprego e consequentemente o nível de vida. Eliminaram-se os custos de transacção na Zona Euro. Aumentou-se a

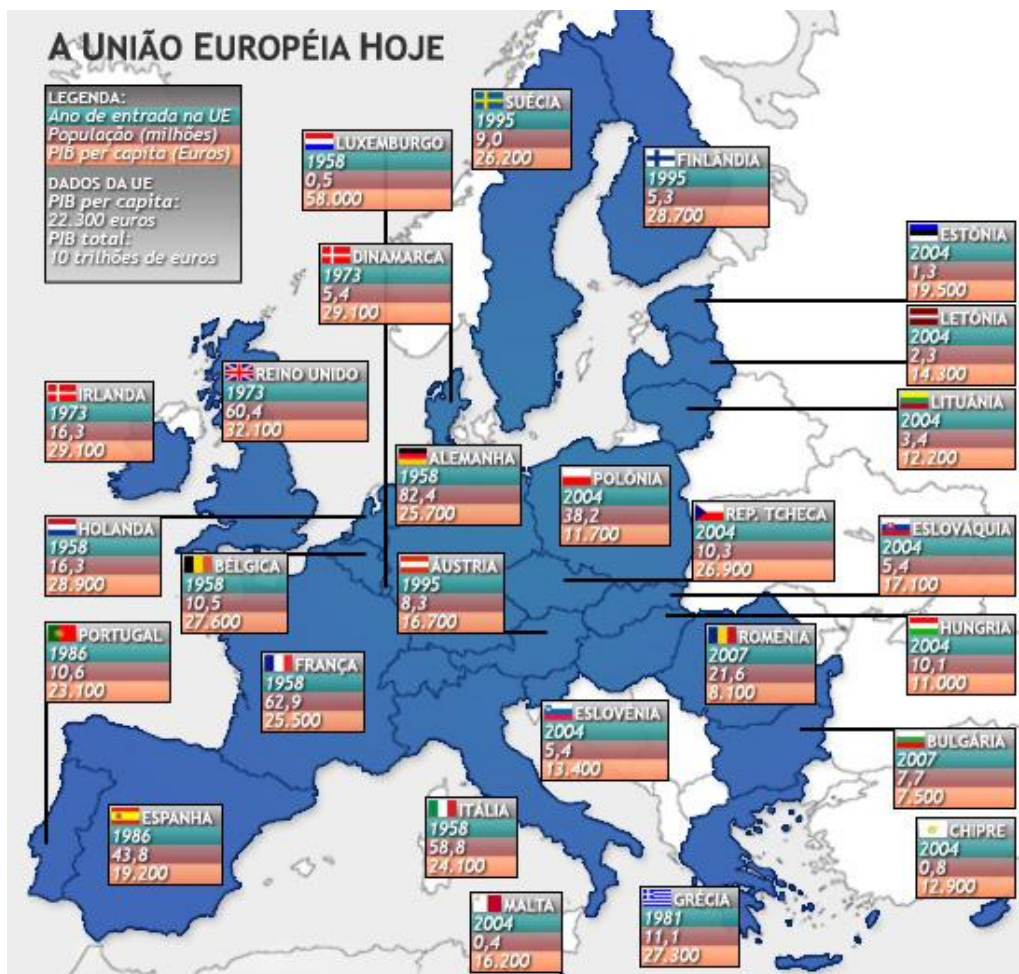
estabilidade internacional, visto que a União Europeia está agora melhor preparada para contribuir, conjuntamente com os EUA e com o Japão, para a estabilidade do sistema monetário internacional. Por fim, há soberania monetária comum reforçada, pois todos os Estados-membros se regem pelas mesmas normas. Com isto, concluímos que os cidadãos da União Europeia têm hoje mais opções de escolha a vários níveis devido à comunidade que se formou. A UE proporciona várias oportunidades tanto a nível laboral, como a nível de estudos e até mesmo político. Este último porque ao cidadão nacional de qualquer Estado-membro cabe-lhe o direito de voto nas eleições europeias e nas autárquicas.

A livre circulação de trabalhadores compreende o direito de:

- ✓ Responder a ofertas de emprego;
- ✓ Residir e deslocar-se livremente no território a fim de nele exercer uma actividade laboral;
- ✓ Permanecer no território de um Estado-membro depois de nele ter exercido uma actividade laboral.

“A livre circulação de trabalhadores implica a abolição de toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade, entre Estados-membros, no que diz respeito ao emprego, à remuneração e a demais condições de trabalho.”. Artigo 38º Tratado CE.

Dever, enquanto cidadão europeu, de:		
• Assumir a Identidade Europeia	• Aplicar na prática os valores europeus	• Reclamar o Direito à Justiça
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dever de compreender a História; ✓ Dever de Identidade; ✓ Dever de Defesa. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dever de partilhar; ✓ Dever de trabalhar; ✓ Dever Democrático. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dever de Justiça; ✓ Dever de construir uma ordem mundial.



♀♂ (Des)Igualdade entre Homens e Mulheres: ♀♂

- Mercado de Trabalho:
 - Os Homens trabalham mais uma hora por dia do que as Mulheres;
 - A maioria das Mulheres empregadas trabalha a tempo completo;
 - São mais as Mulheres a receberem o salário mínimo nacional.
- Vida Familiar:
 - Na vida familiar, as mulheres trabalham mais três horas por dia do que os Homens;
 - No que respeita ao conjunto da actividade profissional e da vida familiar, as mulheres trabalham mais duas horas por dia;
 - Em cada dia, os Homens dispõem de quase uma hora a mais para o lazer.
- Participação no processo de decisão:
 - Mulheres no Parlamento Nacional - 20,9%;
 - Mulheres no Parlamento Europeu - 20%.
- O desemprego em Portugal:
 - Mulheres licenciadas – 9%;
 - Homens licenciados – 6%;
 - Mulheres com o ensino secundário – 17%;
 - Homens com o ensino secundário – 12%.

Economia e Ecologia

O desenvolvimento é fundamental para qualquer sociedade. Para uma sociedade desenvolvida são necessárias algumas das seguintes condições: serviços de saúde e educação qualificados, meios de subsistência suficientes, acesso a informação fiável, viver num ambiente saudável, entre outros. O desenvolvimento deve ser perspectivado como um direito que os homens e as mulheres devem exigir para a sua e futuras gerações.

Artigo 1º Da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento

1. O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável, em virtude do qual toda a pessoa e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento económico, social, cultural e político, para ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados.
2. O direito humano ao desenvolvimento também implica a plena realização do direito dos povos à autodeterminação, que inclui, sujeito às disposições relevantes de ambos os Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos, o exercício do seu direito inalienável de soberania plena sobre todas as suas riquezas e recursos naturais.

O desenvolvimento deverá promover-se de modo a não por em causa o ambiente e os recursos naturais disponíveis, apesar de se saber que o crescimento económico afecta sempre a Natureza. Mas, se pensarmos nas gerações futuras que irão herdar o que lhes for deixado por nós, então as responsabilidades aumentam. Assim, é necessário enveredar por um novo modelo de crescimento e de sociedade, mais próximos do ambiente, ou seja, crescer, mas com limites, incorporando os custos ambientais no processo de crescimento económico. É necessário crescer de forma sustentável. A economia não mais se poderá ver de forma desligada da ecologia, ambas terão de caminhar a par.

Assim, é necessário repensar o modelo de desenvolvimento a adoptar, ou seja, é preciso adoptar um desenvolvimento que permite satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras, isto é, um desenvolvimento sustentável.

Ligado a este conceito surge o conceito de sustentabilidade que defende a conjugação das vertentes ecológica, económica, social e a boa governação para bem das gerações futuras.

As acções que os agentes económicos desenvolvem sobre o ambiente não têm apenas reflexos ao nível local, a sua dimensão é cada vez mais globalizada.

Tendo em conta os problemas da mundialização e interdependência, o desenvolvimento sustentável implica uma actuação articulada entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento.

Nesta concepção de desenvolvimento estão implícitos dois conceitos básicos:

- Conceito de necessidades, pois a humanidade não se pode esquecer que tem de assegurar a satisfação das necessidades das gerações presentes, em especial das mais pobres;
- Conceito de limites, ou seja, as limitações impostas pelo estado de desenvolvimento da tecnologia, pela organização social e pela capacidade da biosfera em absorver os efeitos das actividades humanas. A Tecnologia poderá ser usada para criar novas oportunidades para um futuro sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável assenta no diálogo geracional, intra e intergeracional. É necessário que dentro de cada geração se possa garantir a todos a satisfação das suas necessidades básicas e as mesmas oportunidades para alcançarem uma vida melhor. Mas é também necessário estabelecer um diálogo com as gerações futuras, assegurando que também elas podem vir a usufruir das mesmas oportunidades para satisfazerem as suas necessidades e de um padrão de vida digno.

Diálogo entre gerações

O desenvolvimento sustentável envolve progressivas transformações na economia e na sociedade e acima de tudo estabelece o diálogo intra e intergeracional.

O desenvolvimento sustentável implica esforços para estabelecer a equidade entre gerações e dentro de cada geração.

A satisfação das necessidades é a maior aspiração do desenvolvimento. As necessidades básicas de um vasto número de pessoas nos países em desenvolvimento – alimentação, vestuário, emprego, saúde – não estão a ser alcançadas.

Num mundo onde a pobreza e a desigualdade é endémica, estaremos sempre em confronto com crises ecológicas ou outras. O desenvolvimento sustentável requer a satisfação das necessidades básicas, o alargamento das oportunidades de toda esta população, de forma a poderem usufruir de um nível de vida melhor. No entanto, é também necessário assegurar que as futuras gerações também possam vir a satisfazer as suas necessidades e a usufruir de um bom nível de vida.

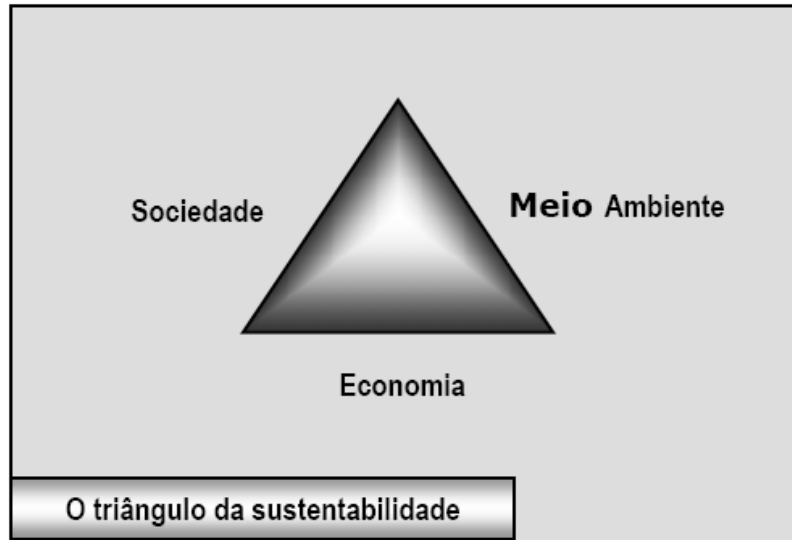
WCED, Our Common Futur (adaptado)

Para pôr em prática a estratégia de solidariedade entre gerações, de maneira a não esgotar o planeta, foram definidos doze princípios:

- Prevenção
- Precaução
- Poluidor-pagador
- Cooperação
- Integridade ecológica
- Melhoria contínua
- Equidade intra e inter-gerações
- Integração
- Democracia
- Subsidiariedade

- Envolvimento da comunidade
- Responsabilização

O desenvolvimento sustentável assenta, assim, em três eixos:



(Motores do desenvolvimento sustentável)

Segundo este não haverá crescimento económico num longo prazo sem progresso social e sem protecção ambiental. Todos os lados devem ser vistos e tratados com pesos iguais. Mesmo porque estes são aspectos inter relacionados. Da mesma forma que o crescimento económico não se sustenta sem uma equivalência social e ambiental, programas sociais ou ambientais corporativos não se sustentarão se não houver equilíbrio económico da empresas.

Responsabilidade Comum

Assegurar a sustentabilidade ambiental – o sétimo Objectivo de Desenvolvimento do Milénio – exige que se alcancem padrões de desenvolvimento sustentável e a preservação da capacidade produtiva dos ecossistemas naturais para futuras gerações. Ambos os esforços exigem várias políticas, para inverter os danos ambientais e melhorar e gestão dos ecossistemas. O desafio tem duas dimensões: tratar a escassez de recursos naturais para as pessoas pobres do mundo e inverter os danos ambientais resultantes do elevado consumo das pessoas ricas. Muitos problemas ambientais decorrem dos padrões de produção e consumo das pessoas que não são pobres, particularmente nos países ricos. Os países ricos consomem muitos combustíveis fósseis e esgotam muito dos pesqueiros do mundo, danificando o ambiente global. Também utilizam muitas madeiras e produtos tropicais de espécies em perigo. Para assegurar a sustentabilidade da Terra e dos seus recursos, incluindo as perspectivas de desenvolvimento dos países pobres, estes padrões prejudiciais de produção e consumo têm de mudar. Os sistemas energéticos terão de gerar emissões de gás de estufa muito mais baixas. As pescas terão de ser geridas com base em limites ecológicos e não numa competição sem regras, altamente subsidiada. (...)

PNUD, 2003

Os países industrializados são responsáveis por grande parte da poluição, pelas agressões ambientais ou pelo uso intensivo dos recursos, como é o caso dos solos, cujo uso intensivo e o excesso de pesticidas, herbicidas e fertilizantes leva ao esgotamento irreparável do solo arável. Embora por outras razões, também as populações dos países pobres destroem o ambiente na luta pela sobrevivência, muitas florestas são derrubadas, os solos destruídos, as espécies dizimadas, os cursos de água poluídos, o que acaba por agravar ainda mais a situação de pobreza em que vivemos.

Principais países emissores de CO₂


EUA (37,3%)	Canadá (2,3%)
Europa (27,7%)	Austrália (1,1%)
Rússia (13,7%)	
China e Índia (12,2%)	
América Central e do Sul (3,8%)	
Japão (3,7%)	
Médio Oriente (2,6%)	
África (2,5%)	

AL Gore, Uma Verdade Inconveniente

A frágil situação em que hoje se encontra o nosso planeta reside na acção desenvolvida pelo Homem, pelos seus padrões de consumo e de produção, que têm seguido uma lógica de “sujar hoje e limpar amanhã”. Mas esta lógica insustentável tem de ser invertida. É, então, necessário um empenhamento de todos os cidadãos e instituições, com o objectivo de promover uma eco-cidadania de forma a alcançar o desenvolvimento sustentável que tanto se pretende.

Medidas económicas e ecológicas para um desenvolvimento sustentável:

- Energias alternativas – existem diversas fontes energéticas que têm respondido às consequências do crescimento económico e do desenvolvimento. Estas energias são as energias não renováveis que a prazo se esgotarão. É necessário utilizar energias renováveis, que também se chamam de energias alternativas por serem amigas o ambiente, pois não poluem e não gastam os recursos naturais não renováveis. Exemplos de energias alternativas:

Tipos de Energia	Vantagens	Desvantagens
Nuclear 	→ O combustível é barato e fácil de transportar; → É a fonte mais concentrada de geração de energia; → Fácil de transportar como novo combustível; → Não provoca efeito de estufa ou chuva ácida.	→ É a fonte de maior custo por causa dos sistemas de emergência, de contenção de resíduo radioactivo e de armazenamento; → Requer uma solução a longo prazo para os resíduos armazenados em alto nível na maioria dos países.

<p>Geotérmica</p> 	<p>→ É uma energia renovável; → Não é poluente; → Possui diversas utilizações.</p>	<p>→ Energia de baixo rendimento; → Energia que está limitada a zonas de actividade tectónica; → Libertação de gases para atmosfera, como o sulfureto de hidrogénio e o dióxido de carbono, que são poluentes e corrosivos.</p>
<p>Solar</p> 	<p>→ A luz solar é um recurso natural renovável e não poluente.</p>	<p>→ Limitado às áreas do globo que recebem bastante radiação solar; → Requer materiais especiais para que os painéis e colectores não afectem o meio ambiente.</p>
<p>Ondas</p> 	<p>→ É uma energia renovável; → Não produz qualquer tipo de poluição.</p>	<p>→ As instalações não podem interferir com os cursos de navegação e devem ser capazes de resistir a tempestades marítimas, e ainda assim, serem sensíveis o suficiente para receberem energia das ondas; → Instalações de potência reduzida; → Requer uma geometria da costa especial e com ondas de grande amplitude.</p>
<p>Maremotriz (marés)</p>	<p>→ É uma energia renovável; → Não produz qualquer tipo de poluição; → Não requer material muito sofisticado.</p>	<p>→ O fornecimento de energia não é contínuo; → Baixo rendimento; → São necessárias amplitudes de marés superiores a 5 metros para que este tipo de energia seja rentável; → As instalações devem</p>

		<p>ser fortes o suficiente para resistir a tempestades mas sensíveis o suficiente para obterem energia das marés.</p>
<p>Eólica</p> 	<p>→ O vento é um recurso natural sendo de grátis obtenção.</p>	<p>→ Necessita 3 vezes da quantidade de geração instalada para satisfazer a necessidade humana; → O equipamento é caro de se manter; → Altamente dependente do clima – o vento pode danificá-lo durante fortes ventanias ou não girar durante dias, conforme a estação do ano; → Pode afectar pássaros e colocá-los em perigo.</p>
<p>Biomassa</p> 	<p>→ Baixo custo de obtenção; → Não emite dióxido de enxofre; → As cinzas são menos agressivas ao meio ambiente que as provenientes de combustíveis fósseis; → Menor corrosão dos equipamentos (caldeiras, fornos); → Menor risco ambiental; → Recurso renovável; → Emissões não contribuem para o efeito estufa.</p>	<p>→ Menor poder radiador; → Maior possibilidade de geração de material particular para a atmosfera. Isto significa maior custo de investimento para a caldeira e os equipamentos para remoção de material particular; → Dificuldades no armazenamento.</p>
<p>Biodiesel</p>	<p>→ Bom sistema de distribuição para os níveis de actual uso; → Fácil obtenção; → Menos poluente, nomeadamente na produção de enxofre e dióxido de carbono, que os derivados de petróleo; → Pode maximizar a</p>	<p>→ Depende essencialmente da produção agrícola, tem uma capacidade de substituição do diesel limitada; → Preço elevado, se bem que novas tecnologias podem reduzir os custos de produções.</p>

	<p>produção de várias culturas vegetais em diversas regiões do globo, ajudando o sector primário; → Não requer refinação como o petróleo.</p>	
<p>Hidrogénio</p> 	<p>→ Fabricação de electricidade com um rendimento maior de 40%; → Pode-se usar hidrogénio impuro como combustível, desde que a concentração de dióxido de carbono seja cerca de 1,5 %; → Combustível não poluente e só liberta vapor de água para a atmosfera.</p>	<p>→ É difícil de se armazenar à temperatura ambiente; → Não existe na forma pura no planeta Terra o que implica a sua fabricação; → No estado gasoso a densidade energética é muito mais baixa.</p>

- Reciclar, reduzir e reutilizar – A reciclagem, redução e reutilização são três comportamentos indispensáveis a adoptar. São boas práticas porque contribuem para um ambiente melhor, com o objectivo de preservar a Natureza e contribuir para um desenvolvimento sustentável. Os três princípios constituem a conhecida sigla dos 3 Rs: Reduzir (toda a empresa deve ser responsável por tomar medidas internas no sentido de reduzir a quantidade de resíduos e efluentes produzidos), Reutilizar (todos os resíduos produzidos que são enviados para empresas licenciadas para o seu devido tratamento, após serem tratados podem/devem ser de novo reutilizados pela empresa de origem - isto é a produtora do referido resíduo. Esta reutilização permite minimizar a poluição, uma vez que valoriza-se o reagente que ao ser reutilizado impede a compra de um outro) e Reciclar (O resíduo após tratado pode voltar à forma de origem e reutiliza-se. No entanto a empresa de tratamento pode recuperá-lo, convertendo-o noutra substância que possa ser utilizada como matéria-prima noutro processo). Em relação à sigla dos 3Rs, só para o terceiro R existem políticas concretas, planos e incentivos. Para a implementação do princípio da redução e para o da reutilização pouco mais se tem feito do que uma vaga campanha moral, com efeitos muito reduzidos. Sugerem-se assim medidas concretas para que a redução de resíduos deixe de ser uma atitude meramente verbalizada mas sem consequências práticas. Enquanto tal não acontece teremos de continuar na parte mais baixa da hierarquia dos 3Rs, continuando a tentar a reciclagem como forma de minimizar os problemas referidos.



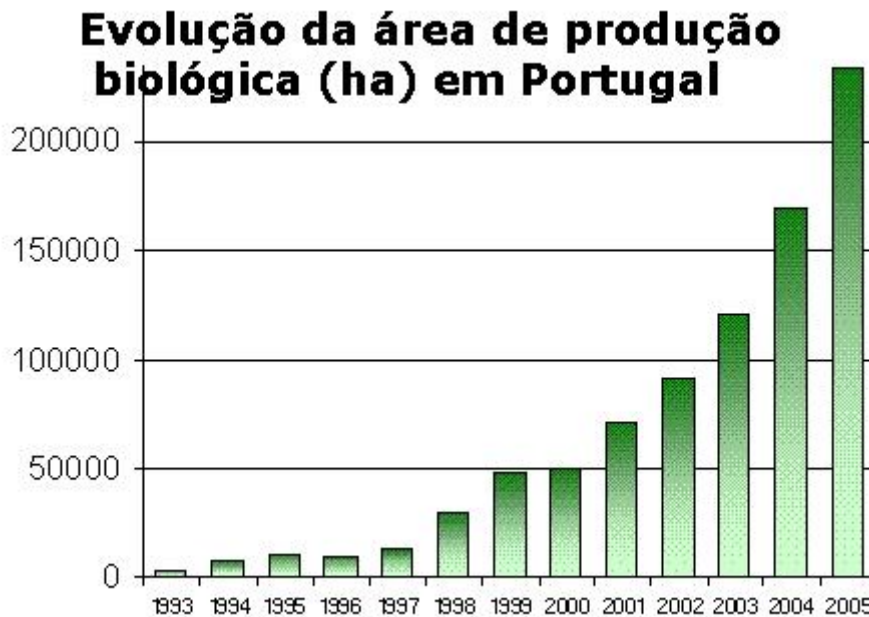
A lógica do mercado consumista, promotora de novos consumos, tem recorrido à publicidade para incentivar a criação de novos hábitos e valores. O recurso a conceitos que apenas servem uma lógica de expansão de mercado é uma das causas para o contínuo crescimento do consumo e de uma verdadeira inversão da política dos 3Rs: diminui-se o tempo de vida útil dos produtos promovendo a sua substituição precoce, e simultaneamente apresenta-se a reciclagem como a forma amigável de recuperar o deficit ambiental gerado pela onda consumista.

- Eco-empresas – estimular a criação de empresas cuja função principal é o desenvolvimento de actividades ligadas à protecção ambiental. A eco-indústria abrange actividades como a reciclagem e a sua comercialização, a gestão, o tratamento de resíduos e limpeza pública, o aproveitamento de energias renováveis, tratamento de água e controlo da poluição do ar.



- Agricultura biológica – agricultura amiga do ambiente. É dada preferência aos recursos renováveis e à reciclagem, devolvendo-se aos solos os nutrientes presentes nos resíduos. A agricultura biológica respeita os mecanismos ambientais de controlo de pragas e doenças, na produção vegetal e na criação de animais, evitando o uso de pesticidas sintéticos, herbicidas e fertilizantes químicos, hormonas de crescimento, antibióticos e manipulações genéticas. Os agricultores utilizam, na produção biológica, diferentes técnicas que contribuem para o equilíbrio do ecossistema e para reduzir a poluição. Em Portugal começam a existir cada vez mais produtos biológicos à venda e apesar de serem um pouco mais caros são uma opção que devemos fazer quer em termos de saúde, quer em termos ambientais.





Portugal dedica 5% no total da área agrícola nacional à Agricultura Biológica, o país ocupa o nono lugar no ranking mundial. Os estudos toxicológicos revelaram haver relação entre alguns pesticidas e certas patologias, como cancro, alergias e asma. As agriculturas biológicas são garantias de saúde!!!

Direitos Ambientais

A existência da espécie humana, bem como, de todos os seres vivos dependem de um meio ambiente saudável e equilibrado, onde esses seres vivos possam usufruir e interagir, garantindo a perpetuação das espécies.

Como temos vindo a ver até aqui, os Direitos Ambientais são fundamentais para os cidadãos com vista a uma vida com mais qualidade. Os Direitos Ambientais são um exemplo de direitos de 3ª geração.

Deve-se garantir a sustentabilidade ambiental, através da harmonia na convivência entre ser humano e natureza.

A preservação do meio ambiente não pode ser tratada por grupos ambientalistas isolados como se isso fosse um problema de parcela mínima da população. O problema é mundial. É necessário que tomemos consciência de que as reivindicações se devem dar em todos os sectores de actividade. Isso não vai só preparar a comunidade em geral para cobranças de políticas emergenciais que solucionem as questões ambientais mas também, e, principalmente, vais inserir os direitos ambientais na agenda de discussão dos defensores dos direitos humanos.

Um quinto das doenças nos países em desenvolvimento são causadas por problemas ambientais, como falta de qualidade de água, higiene, saneamento básico ou poluição do ar.

A má qualidade da água, ausência de saneamento básico e falta de higiene são os principais factores de risco ambiental.

A poluição urbana provoca mais de 800 mil mortes prematuras anualmente.

Economia, Desenvolvimento e Direitos Humanos

Desde 1974, vários países evoluíram no sentido da democracia, devido à restauração das liberdades em vários países do mundo, como por exemplo, Portugal, Espanha, entre outros.

Entende-se por desenvolvimento, os benefícios que a população obtém com o crescimento económico, nomeadamente, acesso à saúde e à educação, por exemplo.

Desenvolvimento humano sustentável consiste na capacidade de uma sociedade em satisfazer as necessidades da sua população e permitir-lhe alcançar um nível de bem-estar adequado. É um processo, mas também um fim a atingir.

Os direitos humanos relacionam-se com o desenvolvimento humano na medida em que para obter desenvolvimento, e consequentemente uma melhor qualidade de vida, o cumprimento dos direitos humanos é fundamental.

Para que os países se preocupem com os Direitos Humanos, é-lhes necessário que usufruam, à partida, de um certo nível de desenvolvimento, sendo que assim já não há tanto cuidado em satisfazer as necessidades básicas da população, e assim garantir o respeito pelos Direitos Fundamentais do Homem.

“Sem respeito pelos Direitos Humanos e, consequentemente, pela liberdade, não pode haver desenvolvimento, mesmo que haja crescimento económico e melhor distribuição no rendimento”*. Concluimos então, que estas três realidades estão intimamente ligadas não podendo, assim, existirem ou desenvolverem-se umas sem as outras.

Actualmente, Portugal é um dos países mais desenvolvidos do mundo. Contudo, não nos situamos numa condição favorável quanto desejaríamos, até porque já fomos uma das grandes potências mundiais.

Na seguinte tabela podemos observar alguns indicadores relativos a Portugal, que posteriormente pretendemos comparar com um outro país (em vias de desenvolvimento).

Indicador	Valor	Ano
Indicador de desenvolvimento Humano (IDH)	0,904	2004
Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Género (IDG)	0,902	2004
Taxa de alfabetização	92%	2004
Taxa de escolarização combinada do primário, secundário e superior	89%	2004
PIB	19,629\$	2004

*retirado do livro Economia C 12ºano, página 257, último parágrafo

Iremos comparar agora, os valores anteriormente apresentados com os referentes à Líbia. País que actualmente é governado por um regime ditatorial, de princípios socialistas, fruto do golpe de Estado de 1969 que levou ao poder Moammar Al Qadhafi, e é considerado um país em vias de desenvolvimento.

A Líbia tem um dos maiores rendimentos per capita do continente africano, isto devido à sua população ser reduzida e aos rendimentos obtidos com petróleo serem bastante elevados. Contudo, a qualidade de vida das populações não é muito melhor que noutros países de menores rendimentos, isto porque há uma deficiente distribuição dos rendimentos existentes, que contribui para a existência de um fosso profundo entre ricos e pobres. As classes mais pobres chegam a ter dificuldade na obtenção de alimentos, o que também poderá ser explicado pelas restrições efectuadas às importações.

Por esta razão, pode-se afirmar que, apesar da posição privilegiada ocupada pela Líbia como um dos países mais ricos de África, o respeito pelos direitos humanos é, também aqui olvidado, havendo elevado número de habitantes impossibilitados de aceder a alimentação.

Mais informações sobre a Líbia podem ser recolhidas através da análise de alguns indicadores apresentados no quadro a seguir.

Indicador	Valor	Ano
PIB	29,1 milhares de milhão de dólares	2004
População com acesso a condições sanitárias necessárias	97 por cada cem habitantes	2004
Taxa de crescimento anual da população	1,8 por cada 100 habitantes	2004

Após análise individual de cada um dos países, podemos passar à análise do colectivo e chegar à resposta da questão: “Qual a relação entre o desenvolvimento de um país e o seu grau de cumprimento dos direitos humanos?”.

Como pudemos verificar, os direitos humanos são mais respeitados nos países mais desenvolvidos, sendo praticamente ignorados nos países com um grau de desenvolvimento mais baixo.

Os países em desenvolvimento, estão fortemente ligados a conflitos violentos, responsáveis por muitas mortes; em que uma grande parte dos seus habitantes não tem acesso a alimentação adequada, a fontes de água potável ou aos cuidados mínimos de saúde, sobrevivendo, na maior parte dos casos, com menos de um dólar por dia, ou seja, em situação de pobreza extrema; a educação não é acessível a toda a população, por falta de infra-estruturas, meios, materiais e por necessidade / obrigação de trabalhar para ajudar a família desde muito jovem.

Por oposição, os países mais desenvolvidos estão dotados de uma consciência elevada da necessidade de cumprir os direitos humanos para assegurar às populações condições de vida dignas. Apesar da existência de criminalidade, estes países estão providos de órgãos que garantem o bem-estar dos habitantes, nomeadamente os tribunais e os polícias; a educação é acessível a todos, sendo gratuita até um determinado nível, que varia de país para país; os cuidados de saúde mínimos são assegurados, bem como alimentação suficiente e acesso a água potável.

Conclusão

Com a realização deste trabalho foi-nos possível concluir que desenvolvimento e direitos humanos se relacionam a nível histórico, existindo até um direito do Homem que proclama o direito ao desenvolvimento como um direito de toda a humanidade. Porém, nem sempre caminham juntos, pois há países e regiões desenvolvidas que não respeitam totalmente os direitos humanos. Contudo, numa análise geral, podemos concluir que os países com maior grau de desenvolvimento são também aqueles que mais respeito têm pelos direitos humanos, havendo nos países menos desenvolvidos um deficit elevado de atenção por estes direitos que não deveriam ser negados a nenhum ser humano.

Verificamos também que há discriminação em diversos países (nos desenvolvidos e nos subdesenvolvidos) e várias formas de discriminação. Muito há ainda a fazer para diminuir ou abolir o preconceito, nomeadamente em Portugal. Relativamente ao nosso país devemos também lamentar a falta de dados sobre este assunto, o que torna difícil a análise e conclusão acerca do tema.

Ao longo da pesquisa verificámos que muitas são as instituições, que ajudam as pessoas no que concerne ao desrespeito pelos direitos humanos e discriminação, tanto a nível nacional como internacional.

Desenvolvimento sustentável, outro tema abordado ao longo do trabalho, permitiu-nos averiguar que o desenvolvimento deverá promover-se de modo a não por em causa o ambiente e os recursos naturais disponíveis, apesar de se saber que o crescimento económico afecta sempre a Natureza.

Também constatamos que os países industrializados são responsáveis pela maior parte da poluição existente.

Em suma, foi assaz aprazível realizarmos este trabalho, não só porque nos permitiu aprender mais coisas sobre o tema, de forma autónoma, mas também porque ficámos sensibilizados para esta realidade e tomamos consciência das dificuldades pelas quais passam as pessoas que são vítimas de desrespeito pelos direitos humanos.

ANEXOS

Declaração Universal dos Direitos do Homem

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do homem conduziram a actos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do homem;

Considerando que é essencial a protecção dos direitos do homem através de um regime de direito, para que o homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão;

Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declaram resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efectivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais;

Considerando que uma concepção comum destes direitos e liberdades é da mais alta importância para dar plena satisfação a tal compromisso:

A Assembleia Geral

Proclama a presente Declaração Universal dos Direitos do Homem como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efectivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

Artigo 1.º

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 2.º

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autónomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

Artigo 3.º

Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4.º

Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.

Artigo 5.º

Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 6.º

Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento em todos os lugares da sua personalidade jurídica.

Artigo 7.º

Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual protecção da lei. Todos têm direito a protecção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8.º

Toda a pessoa tem direito a recurso efectivo para as jurisdições nacionais competentes contra os actos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Artigo 9.º

Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10.º

Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.

Artigo 11.º

1. Toda a pessoa acusada de um acto delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.
2. Ninguém será condenado por acções ou omissões que, no momento da sua prática, não constituíam acto delituoso à face do direito interno ou internacional. Do mesmo modo, não será infligida pena mais grave do que a que era aplicável no momento em que o acto delituoso foi cometido.

Artigo 12.º

Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a protecção da lei.

Artigo 13.º

1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.
2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

Artigo 14.º

1. Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países.
2. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por actividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 15.º

1. Todo o indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade.

2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16.º

1. A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. Durante o casamento e na altura da sua dissolução, ambos têm direitos iguais.

2. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos.

3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à protecção desta e do Estado.

Artigo 17.º

1. Toda a pessoa, individual ou colectiva, tem direito à propriedade.

2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

Artigo 18.º

Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Artigo 19.º

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Artigo 20.º

1. Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.

2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21.º

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direcção dos negócios públicos do seu país, quer directamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.

2. Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.

3. A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos; e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.

Artigo 22.º

Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Artigo 23.º

1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego.

2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.

3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de protecção social.

4. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

Artigo 24.º

Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres e, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas.

Artigo 25.º

1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

2. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam da mesma protecção social.

Artigo 26.º

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos

Artigo 27.º

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.

2. Todos têm direito à protecção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.

Artigo 28.º

Toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efectivos os direitos e as liberdades enunciadas na presente Declaração.

Artigo 29.º

1. O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.

2. No exercício deste direito e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática.

3. Em caso algum estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 30.º

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada de maneira a envolver para qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo o direito de se entregar a alguma actividade ou de praticar algum acto destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados.

Declaração do Milénio

PREFÁCIO

A Declaração do Milénio das Nações Unidas é um documento histórico para o novo século. Aprovada na Cimeira do Milénio – realizada de 6 a 8 de Setembro de 2000, em Nova Iorque –, reflecte as preocupações de 147 Chefes de Estado e de Governo e de 191 países, que participaram na maior reunião de sempre de dirigentes mundiais.

Esta Declaração foi elaborada ao longo de meses de conversações, em que foram tomadas em consideração as reuniões regionais e o Fórum do Milénio, que permitiram que as vozes das pessoas fossem ouvidas. Apraz-me verificar que muitos dos compromissos e alvos sugeridos no meu Relatório do Milénio foram incluídos nela. A minha intenção, ao propor a realização da Cimeira, foi utilizar a força simbólica do Milénio para ir ao encontro das necessidades reais das pessoas de todo o mundo. Ao ouvir os dirigentes mundiais e ler a Declaração que aprovaram, fiquei impressionado com a convergência de opiniões sobre os desafios com que nos vemos confrontados e com a premência do seu apelo à acção. Os líderes definiram alvos concretos, como reduzir para metade a percentagem de pessoas que vivem na pobreza extrema, fornecer água potável e educação a todos, inverter a tendência de propagação do VIH/SIDA e alcançar outros objectivos no domínio do desenvolvimento. Pediram o reforço das operações de paz das Nações Unidas, para que as comunidades vulneráveis possam contar connosco nas horas difíceis. E pediram-nos também que combatêssemos a injustiça e a desigualdade, o terror e o crime, e que protegêssemos o nosso património comum, a Terra, em benefício das gerações futuras. Na Declaração, os dirigentes mundiais deram indicações claras sobre como adaptar a Organização ao novo século. Estão preocupados – aliás, justamente – com a eficácia da ONU. Querem acção e, acima de tudo, resultados. Pela minha parte, renovo a minha dedicação e a do meu pessoal ao cumprimento deste mandato. Mas, em última análise, são os próprios dirigentes que são as Nações Unidas. Está ao seu alcance, e portanto compete-lhes a eles, alcançar os objectivos que definiram. A eles e àqueles que os elegeram, os povos do mundo, digo: só vós podeis decidir se a ONU estará à altura do desafio.

Kofi A. Annan

Secretário-Geral das Nações Unidas

1

A Assembleia Geral Aprova a seguinte Declaração:

Declaração do Milénio das Nações Unidas

I – VALORES E PRINCÍPIOS

1. Nós, Chefes de Estado e de Governo, reunimo-nos na Sede da Organização das Nações Unidas em Nova Iorque, entre os dias 6 e 8 de Setembro de 2000, no início de um novo milénio, para reafirmar a nossa fé na Organização e na sua Carta como bases indispensáveis de um mundo mais pacífico, mais próspero e mais justo.

2. Reconhecemos que, para além das responsabilidades que todos temos perante as nossas sociedades, temos a responsabilidade colectiva de respeitar e defender os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade, a nível mundial. Como dirigentes, temos, pois, um dever para com todos os habitantes do planeta, em especial para com os mais desfavorecidos e, em particular, as crianças do mundo, a quem pertence o futuro.

3. Reafirmamos a nossa adesão aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, que demonstraram ser intemporais e universais. De facto, a sua pertinência e capacidade

como fonte de inspiração aumentaram, à medida que se multiplicaram os vínculos e se foi consolidando a interdependência entre as nações e os povos.

4. Estamos decididos a estabelecer uma paz justa e duradoura em todo o mundo, em conformidade com os propósitos e princípios da Carta. Reafirmamos a nossa determinação de apoiar todos os esforços que visam fazer respeitar a igualdade e soberania de todos os Estados, o respeito pela sua integridade territorial e independência política; a resolução dos conflitos por meios pacíficos e em consonância com os princípios de justiça e do direito internacional; o direito à autodeterminação dos povos que permanecem sob domínio colonial e ocupação estrangeira; a não ingerência nos assuntos internos dos Estados; o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais; o respeito pela igualdade de direitos de todos, sem distinções por motivo de raça, sexo, língua ou religião; e a cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário.

5. Pensamos que o principal desafio que se nos depara hoje é conseguir que a globalização venha a ser uma força positiva para todos os povos do mundo, uma vez que, se é certo que a globalização oferece grandes possibilidades, actualmente os seus benefícios, assim como os seus custos, são distribuídos de forma muito desigual. Reconhecemos que os países em desenvolvimento e os países com economias em transição enfrentam sérias dificuldades para fazer frente a este problema fundamental. Assim, consideramos que, só através de esforços amplos e sustentados para criar um futuro comum, baseado na nossa condição humana comum, em toda a sua diversidade, pode a globalização ser completamente equitativa e favorecer a inclusão. Estes esforços devem incluir a adopção de políticas e medidas, a nível mundial, que correspondam às necessidades dos países em desenvolvimento e das economias em transição e que sejam formuladas e aplicadas com a sua participação efectiva.

6. Consideramos que determinados valores fundamentais são essenciais para as relações internacionais no século XXI. Entre eles figuram:

_ A liberdade. Os homens e as mulheres têm o direito de viver a sua vida e de criar os seus filhos com dignidade, livres da fome e livres do medo da violência, da opressão e da injustiça. A melhor forma de garantir estes direitos é através de governos de democracia participativa baseados na vontade popular.

_ A igualdade. Nenhum indivíduo ou nação deve ser privado da possibilidade de beneficiar do desenvolvimento. A igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres deve ser garantida.

_ A solidariedade. Os problemas mundiais devem ser enfrentados de modo a que os custos e as responsabilidades sejam distribuídos com justiça, de acordo com os princípios fundamentais da equidade e da justiça social. Os que sofrem, ou os que beneficiam menos, merecem a ajuda dos que beneficiam mais.

_ A tolerância. Os seres humanos devem respeitar-se mutuamente, em toda a sua diversidade de crenças, culturas e línguas. Não se devem reprimir as diferenças dentro das sociedades, nem entre estas. As diferenças devem, sim, ser apreciadas como bens preciosos de toda a humanidade.

Deve promover-se activamente uma cultura de paz e diálogo entre todas as civilizações.

_ Respeito pela natureza. É necessário actuar com prudência na gestão de todas as espécies e recursos naturais, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. Só assim poderemos conservar e transmitir aos nossos descendentes as imensuráveis riquezas que a natureza nos oferece. É preciso alterar os actuais padrões insustentáveis de produção e consumo, no interesse do nosso bem-estar futuro e no das futuras gerações.

_ Responsabilidade comum. A responsabilidade pela gestão do desenvolvimento económico e social no mundo e por enfrentar as ameaças à paz e segurança internacionais deve ser partilhada por todos os Estados do mundo e ser exercida multilateralmente. Sendo a organização de carácter mais universal e mais representativa de todo o mundo, as Nações Unidas devem desempenhar um papel central neste domínio.

7. Com vista a traduzir estes valores em acções, identificámos um conjunto de objectivos chave aos quais atribuímos especial importância.

II – PAZ, SEGURANÇA E DESARMAMENTO

8. Não pouparemos esforços para libertar os nossos povos do flagelo da guerra – seja dentro dos Estados ou entre eles –, que, na última década, já custou mais de cinco milhões de vidas. Procuraremos também eliminar os perigos que as armas de destruição maciça representam.

9. Decidimos, portanto:

_ Consolidar o respeito pelo primado da lei nos assuntos internacionais e nacionais e, em particular, assegurar que os Estados Membros cumpram as decisões do Tribunal Internacional de Justiça, de acordo com a Carta das Nações Unidas, nos litígios em que sejam partes.

_ Aumentar a eficácia das Nações Unidas na manutenção da paz e segurança, dotando a Organização dos recursos e dos instrumentos de que esta necessita para as suas tarefas de prevenção de conflitos, resolução pacífica de diferendos, manutenção da paz, consolidação da paz e reconstrução pós-conflito. Neste contexto, tomámos devida nota do relatório do Grupo sobre as Operações de Paz das Nações Unidas e pedimos à Assembleia Geral que se debruce quanto antes sobre as suas recomendações.

_ Intensificar a cooperação entre as Nações Unidas e as organizações regionais, de acordo com as disposições do Capítulo VIII da Carta.

_ Assegurar que os Estados participantes apliquem os tratados, sobre questões como o controlo de armamentos e o desarmamento, o direito internacional humanitário e os direitos humanos, e pedir a todos os Estados que considerem a possibilidade de assinar e ratificar o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

_ Adoptar medidas concertadas contra o terrorismo internacional e aderir quanto antes a todas as convenções internacionais pertinentes.

_ Redobrar os nossos esforços para pôr em prática o nosso compromisso de lutar contra o problema mundial da droga.

_ Intensificar a luta contra o crime transnacional em todas as suas dimensões, nomeadamente contra o tráfico e contrabando de seres humanos, e o branqueamento de capitais.

_ Reduzir tanto quanto possível as consequências negativas que as sanções económicas impostas pelas Nações Unidas podem ter nas populações inocentes, submeter os regimes de sanções a análises periódicas e eliminar as consequências adversas das sanções para terceiros.

_ Lutar pela eliminação das armas de destruição maciça, em particular das armas nucleares, e não excluir qualquer via para atingir este objectivo, nomeadamente a possibilidade de convocar uma conferência internacional para definir os meios adequados para eliminar os perigos nucleares.

_ Adoptar medidas concertadas para pôr fim ao tráfico ilícito de armas ligeiras, designadamente tornando as transferências de armas mais transparentes e apoiando medidas de desarmamento regional, tendo em conta todas as recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio Ilícito de Armas Pessoais e Ligeiras.

_ Pedir a todos os Estados que considerem a possibilidade de aderir à Convenção sobre a proibição do uso, armazenamento, produção e transferência de minas anti-pessoal e sobre a sua destruição, assim como às alterações ao protocolo sobre minas referente à Convenção sobre armas convencionais.

10. Instamos todos os Estados Membros a observarem a Trégua Olímpica, individual e colectivamente, agora e no futuro, e a apoiarem o Comité Olímpico Internacional no seu trabalho de promoção da paz e do entendimento humano através do desporto e do Ideal Olímpico.

III – O DESENVOLVIMENTO E A ERRADICAÇÃO DA POBREZA

11. Não pouparemos esforços para libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjectas e desumanas da pobreza extrema, à qual estão submetidos actualmente mais de 1000 milhões de seres humanos. Estamos empenhados em fazer do direito ao desenvolvimento uma realidade para todos e em libertar toda a humanidade da carência.

12. Em consequência, decidimos criar condições propícias, a nível nacional e mundial, ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza.

13. A realização destes objectivos depende, entre outras coisas, de uma boa governação em cada país. Depende também de uma boa governação no plano internacional e da transparência dos sistemas financeiros, monetários e comerciais. Propugnamos um sistema

comercial e financeiro multilateral aberto, equitativo, baseado em normas, previsível e não discriminatório.

14. Estamos preocupados com os obstáculos que os países em desenvolvimento enfrentam para mobilizar os recursos necessários para financiar o seu desenvolvimento sustentável. Faremos, portanto, tudo o que estiver ao nosso alcance para que a Reunião Intergovernamental de alto nível sobre o financiamento do desenvolvimento, que se realizará em 2001, tenha êxito.

15. Decidimos também ter em conta as necessidades especiais dos países menos avançados. Neste contexto, congratulamo-nos com a convocação da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Avançados, que irá realizar-se em Maio de 2001, e tudo faremos para que obtenha resultados positivos.

Pedimos aos países industrializados:

_ que adoptem, de preferência antes da Conferência, uma política de acesso, livre de direitos

aduaneiros e de cotas, no que se refere a todas as exportações dos países menos avançados;

_ que apliquem sem mais demora o programa melhorado de redução da dívida dos países mais pobres muito endividados e que acordem em cancelar todas as dívidas públicas bilaterais contraídas por esses países, em troca de eles demonstrarem a sua firme determinação de reduzir a pobreza; e

_ que concedam uma ajuda ao desenvolvimento mais generosa, especialmente aos países que se estão genuinamente a esforçar por aplicar os seus recursos na redução da pobreza.

16. Estamos também decididos a abordar de uma forma global e eficaz os problemas da dívida dos países em desenvolvimento com rendimentos baixos e médios, adoptando diversas medidas de âmbito nacional e internacional, para que a sua dívida seja sustentável a longo prazo.

17. Resolvemos também responder às necessidades especiais dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, pondo rapidamente em prática o Programa de Acção de Barbados⁵ e as conclusões a que chegou a Assembleia Geral, na sua vigésima segunda sessão extraordinária. Instamos a comunidade internacional a velar por que, quando se elaborar um índice de vulnerabilidade, se tenham em conta as necessidades especiais dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

18. Reconhecemos as necessidades e os problemas especiais dos países em desenvolvimento sem litoral, pelo que pedimos aos doadores bilaterais e multilaterais que aumentem a sua ajuda financeira e técnica a este grupo de países, de modo a satisfazer as suas necessidades especiais de desenvolvimento e a ajudá-los a superar os obstáculos resultantes da sua situação geográfica, melhorando os seus sistemas de transporte em trânsito.

19. Decidimos ainda:

- _ Reduzir para metade, até ao ano 2015, a percentagem de habitantes do planeta com rendimentos inferiores a um dólar por dia e a das pessoas que passam fome; de igual modo, reduzir para metade a percentagem de pessoas que não têm acesso à água potável ou carecem de meios para o obter.

- _ Velar por que, até esse mesmo ano, as crianças de todo o mundo – rapazes e raparigas – possam concluir um ciclo completo de ensino primário e por que as crianças de ambos os sexos tenham acesso igual a todos os níveis de ensino.

- _ Reduzir, até essa data, a mortalidade materna em três quartos e a mortalidade de crianças com menos de 5 anos em dois terços, em relação às taxas actuais.

- _ Até então ter detido e começado a inverter a tendência actual do VIH/SIDA, do flagelo do paludismo e de outras doenças graves que afligem a humanidade.

- _ Prestar assistência especial às crianças órfãs devido ao VIH/SIDA.

- _ Até ao ano 2020, ter melhorado consideravelmente a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes das zonas degradadas, como foi proposto na iniciativa “Cidades sem bairros degradados”.

20. Decidimos também:

- _ Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher como meios eficazes de combater a pobreza, a fome e as doenças e de promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

- _ Formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens de todo o mundo a possibilidade real de encontrar um trabalho digno e produtivo.

- _ Incentivar a indústria farmacêutica a aumentar a disponibilidade dos medicamentos essenciais e a pô-los ao alcance de todas as pessoas dos países em desenvolvimento que deles necessitem.

- _ Estabelecer formas sólidas de colaboração com o sector privado e com as organizações da sociedade civil em prol do desenvolvimento e da erradicação da pobreza.

- _ Velar por que todos possam aproveitar os benefícios das novas tecnologias, em particular das tecnologias da informação e das comunicações, de acordo com as recomendações formuladas na Declaração Ministerial do Conselho Económico e Social de 2000.

IV – PROTECÇÃO DO NOSSO AMBIENTE COMUM

21. Não devemos poupar esforços para libertar toda a humanidade, acima de tudo os nossos filhos e netos, da ameaça de viver num planeta irremediavelmente destruído pelas actividades do homem e cujos recursos não serão suficientes já para satisfazer as suas necessidades.

22. Reafirmamos o nosso apoio aos princípios do desenvolvimento sustentável, enunciados na Agenda 217, que foram acordados na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento.

23. Decidimos, portanto, adoptar em todas as nossas medidas ambientais uma nova ética de conservação e de salvaguarda e começar por adoptar as seguintes medidas:

_ Fazer tudo o que for possível para que o Protocolo de Quioto entre em vigor de preferência antes do décimo aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, em 2002, e iniciar a redução das emissões de gases que provocam o efeito de estufa.

_ Intensificar os nossos esforços colectivos em prol da administração, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas.

_ Insistir na aplicação integral da Convenção sobre a Diversidade Biológica e da Convenção das Nações Unidas de Luta contra a Desertificação nos países afectados pela seca grave ou pela desertificação, em particular em África.

_ Pôr fim à exploração insustentável dos recursos hídricos, formulando estratégias de gestão nos planos regional, nacional e local, capazes de promover um acesso equitativo e um abastecimento adequado.

_ Intensificar a cooperação para reduzir o número e os efeitos das catástrofes naturais e das catástrofes provocadas por seres humanos.

_ Garantir o livre acesso à informação sobre a sequência do genoma humano.

V – DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E BOA GOVERNAÇÃO

24. Não pouparemos esforços para promover a democracia e fortalecer o estado de direito, assim como o respeito por todos os direitos humanos e liberdades fundamentais internacionalmente reconhecidos, nomeadamente o direito ao desenvolvimento.

25. Decidimos, portanto:

_ Respeitar e fazer aplicar integralmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁰.

_ Esforçar-nos por conseguir a plena protecção e a promoção dos direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais de todas as pessoas, em todos os países.

_ Aumentar, em todos os países, a capacidade de aplicar os princípios e as práticas democráticas e o respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos das minorias.

_ Lutar contra todas as formas de violência contra a mulher e aplicar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

_ Adoptar medidas para garantir o respeito e a protecção dos direitos humanos dos migrantes, dos trabalhadores migrantes e das suas famílias, para acabar com os actos de racismo e xenofobia, cada vez mais frequentes em muitas sociedades, e para promover uma maior harmonia e tolerância em todas as sociedades.

_ Trabalhar colectivamente para conseguir que os processos políticos sejam mais abrangentes, de modo a permitirem a participação efectiva de todos os cidadãos, em todos os países.

_ Assegurar a liberdade dos meios de comunicação para cumprir a sua indispensável função e o direito do público de ter acesso à informação.

VI – PROTECÇÃO DOS GRUPOS VULNERÁVEIS

26. Não pouparemos esforços para garantir que as crianças e todas as populações civis que sofrem de maneira desproporcionada as consequências das catástrofes naturais, de actos de genocídio, dos conflitos armados e de outras situações de emergência humanitária recebam toda a assistência e a protecção de que necessitam para poderem retomar uma vida normal quanto antes.

Decidimos, portanto:

_ Aumentar e reforçar a protecção dos civis em situações de emergência complexas, em conformidade com o direito internacional humanitário.

_ Intensificar a cooperação internacional, designadamente a partilha do fardo que recai sobre os países que recebem refugiados e a coordenação da assistência humanitária prestada a esses países; e ajudar todos os refugiados e pessoas deslocadas a regressar voluntariamente às suas terras em condições de segurança e de dignidade, e a reintegrarem-se sem dificuldade nas suas respectivas sociedades.

_ Incentivar a ratificação e a aplicação integral da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos facultativos, sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados e sobre a venda de crianças, a prostituição infantil e a pornografia infantil.

VII – RESPONDER ÀS NECESSIDADES ESPECIAIS DE ÁFRICA

27. Apoiaremos a consolidação da democracia em África e ajudaremos os africanos na sua luta por uma paz duradoura, pela erradicação da pobreza e pelo desenvolvimento sustentável, para que, dessa forma, a África possa integrar-se na economia mundial.

28. Decidimos, portanto:

_ Apoiar plenamente as estruturas políticas e institucionais das novas democracias de África.

_ Fomentar e apoiar mecanismos regionais e sub-regionais de prevenção de conflitos e de promoção da estabilidade política, e garantir um financiamento seguro das operações de manutenção de paz nesse continente.

_ Adoptar medidas especiais para enfrentar os desafios da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável em África, tais como o cancelamento da dívida, a melhoria do acesso aos mercados, o aumento da ajuda oficial ao desenvolvimento e o aumento dos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro, assim como as transferências de tecnologia.

_ Ajudar África a aumentar a sua capacidade de fazer frente à propagação do flagelo do VIH/SIDA e de outras doenças infecciosas.

VIII – REFORÇAR AS NAÇÕES UNIDAS

29. Não pouparemos esforços para fazer das Nações Unidas um instrumento mais eficaz no desempenho das seguintes prioridades: a luta pelo desenvolvimento de todos os povos do mundo; a luta contra a pobreza, a ignorância e a doença; a luta contra a injustiça; a luta contra a violência, o terror e o crime; a luta contra a degradação e destruição do nosso planeta.

30. Decidimos, portanto:

_ Reafirmar o papel central da Assembleia Geral como principal órgão deliberativo, de adopção de políticas e de representação das Nações Unidas, dando-lhe os meios para que possa desempenhar esse papel com eficácia.

_ Redobrar os nossos esforços para conseguir uma reforma ampla do Conselho de Segurança em todos os seus aspectos.

_ Reforçar ainda mais o Conselho Económico e Social, com base nos seus recentes êxitos, de modo a que possa desempenhar o papel que lhe foi atribuído pela Carta.

_ Reforçar o Tribunal Internacional de Justiça, de modo a que a justiça e o primado do direito prevaleçam nos assuntos internacionais.

_ Fomentar a coordenação e as consultas periódicas entre os principais órgãos das Nações Unidas no exercício das suas funções.

_ Velar por que a Organização conte, de forma regular e previsível, com os recursos de que

necessita para cumprir os seus mandatos.

_ Instar o Secretariado a que, de acordo com as normas e procedimentos claros acordados pela Assembleia Geral, faça o melhor uso possível desses recursos no

interesse de todos os Estados Membros, aplicando as melhores práticas de gestão e tecnologias disponíveis e prestando especial atenção às tarefas que reflectem as prioridades acordadas pelos Estados Membros.

_ Promover a adesão à Convenção sobre a Segurança do Pessoal das Nações Unidas e do

Pessoal Associado.

_ Velar por que exista uma maior coerência e uma melhor cooperação em matéria normativa entre as Nações Unidas, os seus organismos, as Instituições de Bretton Woods e a Organização Mundial do Comércio, assim como outros órgãos multilaterais, tendo em vista conseguir uma abordagem coordenada dos problemas da paz e do desenvolvimento.

_ Prosseguir a intensificação da cooperação entre as Nações Unidas e os parlamentos nacionais através da sua organização mundial, a União Interparlamentar, em diversos âmbitos, nomeadamente: a paz e segurança, o desenvolvimento económico e social, o direito internacional e os direitos humanos, a democracia e as questões de género.

_ Oferecer ao sector privado, às organizações não governamentais e à sociedade civil em geral mais oportunidades de contribuírem para a realização dos objectivos e programas da Organização.

31. Pedimos à Assembleia Geral que examine periodicamente os progressos alcançados na aplicação das medidas propostas por esta Declaração e ao Secretário-Geral que publique relatórios periódicos, para que sejam apreciados pela Assembleia e sirvam de base para a adopção de medidas ulteriores.

32. Nesta ocasião histórica, reafirmamos solenemente que as Nações Unidas são a indispensável casa comum de toda a família humana, onde procuraremos realizar as nossas aspirações universais de paz, cooperação e desenvolvimento. Comprometemo-nos, portanto, a dar o nosso apoio ilimitado a estes objectivos comuns e declaramos a nossa determinação em concretizá-los.

Bibliografia

- Maria João Pais, Maria da Luz Oliveira, Maria Manuela Góis, Belmiro Gil Cabrito, Economia C 12º Ano, Texto Editores, 2009
- Maria João Pais, Maria da Luz Oliveira, Maria Manuela Góis, Belmiro Gil Cabrito, Economia C 12º Ano Caderno de Actividades, Texto Editores, 2009
- Elsa Silva, Rosa Moinhos, Área de Integração II - A Sociedade, Plátano Editora, 2008
- Elsa Silva, Rosa Moinhos, Área de Integração I – A Pessoa, Plátano Editora, 2008
- Elsa Silva, Rosa Moinhos, Área de Integração III – O Mundo, Plátano Editora, 2008

Webgrafia

- http://pt.wikipedia.org/wiki/Agenda_21
- http://images.google.pt/imgres?imgurl=http://www.youngreporters.org/IMG/jpg/biol_2.jpg&imgrefurl=http://www.youngreporters.org/article-imprim.php3%3Fid_article%3D2163&usg=__6nUcMEZIW-Q5IOhXXYIdQSquN_s=&h=328&w=468&sz=79&hl=pt-PT&start=7&sig2=MrFuNAmtf-IxLyRDl6owwg&itbs=1&tbnid=eceyYK671SSxOM:&tbnh=90&tbnw=128&prev=/images%3Fq%3Dagricultura%2Bbiologica%26hl%3Dpt-PT%26gbv%3D2%26tbs%3Disch:1&ei=PNB_S4HYJ4yOjAeZ4vGxBA
- http://images.google.pt/imgres?imgurl=http://bp2.blogger.com/_6_loCigZvo o/SGJQfx3j1JI/AAAAAAAAAAzc/v4XvHsXUrJo/s400/450px-Kyoto_Protocol_participation_map_2005.png&imgrefurl=http://vamossalvarnossoplaneta.blogspot.com/2008/06/pases-signatrios-do-protocolo-de-quioto.html&usg=__eAX6iLqUBH6UtECLjhLDLzCx3E=&h=185&w=400&sz=61&hl=pt-PT&start=5&sig2=F5WPROzmk9jxKDBLrjtMKA&um=1&itbs=1&tbnid=3FGxUrHtoXt8lM:&tbnh=57&tbnw=124&prev=/images%3Fq%3Dprotocolo%2Bde%2Bquioto%2Bem%2B2005%26um%3D1%26hl%3Dpt-PT%26lr%3Dlang_pt%26tbs%3Disch:1&ei=A8V-S_uGDIyOjAes0NiOCw
- http://www.notapositiva.com/trab_estudantes/trab_estudantes/biologia/biologia_trabalhos/energiasalternativas.htm
- <http://fronteirafinal.files.wordpress.com/2008/02/raca.jpg>
- http://sites.google.com/site/discriminacaoracial/_/rsrc/1239297977047/Home/discrimina%C3%A7%C3%A3o%20racial.jpg
- http://api.ning.com/files/z79Xy4pGknpngVyQX*159aflzqHyZQl0HOqepLsN8UGRvSFMrnws6h46Iuij3T0Y4SIgwQKLsIT3BiDwwq*2lkQXnwLeJKaJ/discriminacao.jpg
- http://www.dw-world.de/image/0,,1349383_1,00.jpg
- <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/06/282002.shtml>
- <http://www.newstin.com.pt/rel/pt/pt-010-001615298>
- http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1373&Itemid=2
- <http://unic.un.org/imucms/Dish.aspx?loc=64&pg=817>
- <http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEFyleIEkVcmcYjraa>
- <http://www.artigos.com/artigos/sociais/direito/direitos-humanos,-terrorismo-e-retrocesso-apos-o-atentado-terrorista-de-11-de-setembro-6473/artigo/>
- <http://trabalhos-do-b-d-l.blogspot.com/2009/12/lusiadas-e-direitos-humanos.html>
- <http://www.reviravolta.comercio-justo.org/>

- <http://triunfo-da-razao.blogspot.com/2007/08/direitos-humanos-na-china.html>
- http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?Itemid=79&id=298&option=com_content&task=view
- <http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=147155&visual=3&layout=10>
- http://www.cite.gov.pt/pt/acite/igualdade01_04.html
- <http://www.overbo.com.br/portal/2009/03/26/jornalistas-sao-presas-em-desrespeito-aos-direitos-humanos/>
- <http://www.fflch.usp.br/dlo/cej/gpd/mulher.html>
- <http://direitosehumanos.wordpress.com/2008/06/25/direitos-humanos-na-china/>
- <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5652>
- <http://www.multikulti.org.uk/pt/racism-discrimination/index.html>
- <http://garesaju.blogspot.com/2008/10/violao-de-direitos-humanos-na-ndia.html>
- <http://www.seade.gov.br/produtos/mulher/index.php?bole=13&tip=03>
- <http://resistir.info/portugal/desigualdades.html>
- <http://politicaxix.blogs.sapo.pt/82050.html>
- <http://diario.iol.pt/sociedade/estudo-gay-discriminacao-ue-tvi24/1101858-4071.html>
- <http://www.multikulti.org.uk/pt/racism-discrimination/discrimination-on-grounds-of-sexual-orientatio/index.html>
- http://www.publico.pt/Mundo/discriminacao-com-base-na-orientacao-sexual-acontece-em-toda-a-uniao-europeia_1371822
- http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/30025214.html
- http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1415667
- <http://desciclo.pedia.ws/wiki/Heterossexual>
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bissexualidade>
- <http://www.rea.pt/homossexualidade.html>
- <http://adrigentile.sites.uol.com.br/transsexualidade.htm>